

meio ambiente



As ações do ministério para cuidar
da biodiversidade brasileira

Abril de 2006



sumário

Apresentação 4

Água

Plano Nacional de Recursos Hídricos	6
Fiscalização e regularização	8
Oferta e qualidade	10
São Francisco	12

Normas

Conama	14
Sisnama	16
Internacional	19
COP 8 e MOP 3	20

Licenciamento e fiscalização

Ibama	22
-------	----

Biodiversidade

Desmatamento	24
Biopirataria	28
Fauna e Flora	30

Áreas Protegidas

Plano Nacional	32
Unidades de Conservação	33

Amazônia

Programa-Piloto (PPG7)	34
Plano BR-163 Sustentável	36

Políticas Sustentáveis 38

Qualidade Ambiental 40

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) 42

Pesquisa

Jardim Botânico do Rio de Janeiro	44
-----------------------------------	----

Educação Ambiental

Programa Nacional	46
Conferência Infante-Juvenil	48
Conferência Nacional	50

expediente

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente da República
José Alencar

Ministra do Meio Ambiente
Marina Silva

Secretário-Executivo
Claudio Roberto Bertoldo Langone

Secretária de Coordenação da Amazônia
Muriel Saraçoussi

Secretário de Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos
Victor Zular Zveibil

Secretário de Biodiversidade e Florestas
João Paulo Ribeiro Capobianco

Secretário de Recursos Hídricos
João Bosco Senra

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
Gilney Amorim Viana

Agência Nacional de Águas
Diretor-Presidente – *José Machado*

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama)
Presidente – *Marcus Barros*

Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Presidente – *Liszt Vieira*



Um jeito novo de tratar o meio ambi

A política ambiental brasileira vem se construindo há mais de três décadas, tendo sua primeira expressão institucional em 1973, com a criação do primeiro órgão de gestão ambiental, ligado à Presidência da República, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Após um período marcado por ações de comando e controle, por parte do governo, e por iniciativas de organização ainda incipientes da sociedade civil, a Política e o Sistema Nacional de Meio Ambiente foram instituídos em 1981, em conjunto com a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), um dos primeiros com participação de entidades da sociedade.

As primeiras sementes do socioambientalismo brasileiro foram lançadas em 1985, quando os seringueiros, mobilizados por Chico Mendes, realizavam o primeiro encontro nacional com a proposta das reservas extrativistas. Os ambientalistas do Centro-Sul e do Nordeste reuniam-se nacionalmente pela primeira vez, com denúncias sobre a poluição nos centros urbanos, o desmatamento e outros efeitos nocivos da “revolução verde” no campo.

A Constituinte de 1988 refletiu esses movimentos ao escrever o primeiro capítulo de meio ambiente em uma Constituição brasileira, iniciativa reconhecida como pioneira internacionalmente. No intervalo entre a nova Constituição e a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, o tema consolidou-se como

questão nacional, destacando o Brasil como protagonista potencial para a construção do novo paradigma sustentabilista. Foi nesse período que se criou o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama (1989), este último em meio à grande repercussão internacional – e depois nacional – causada pelo assassinato de Chico Mendes, às vésperas do Natal de 1988.

“Propondo, ouvindo

e negociando, contabilizamos avanços importantes, como a redução dos índices de desmatamento da Amazônia”.

A partir daí, construiu-se um processo de institucionalização da dimensão ambiental com a criação de importantes marcos legais (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei de Crimes Ambientais, Política de Educação Ambiental, Agência Nacional de Águas etc.). Entretanto, o desafio do desenvolvimento sustentável ainda não aparecia nas políticas públicas. Os primeiros impulsos de retomada do crescimento econômico tiveram como consequência o índice recorde de desmatamento da Amazônia no biênio 1994/5, que ultrapassou os 29 mil quilômetros quadrados, até hoje insuperável. A ampliação da reserva legal na região para 80% da propriedade rural foi a principal medida do Governo Federal para enfrentar o problema.

Diante desse histórico, qual a contribuição do governo Lula para a construção das políticas públicas de meio ambiente? Em um país onde a megadiversidade e abundância de recursos natu-

rais contrastam com indicadores sociais perversos e índices de degradação preocupantes, a política ambiental tem que compatibilizar preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Para isso, a gestão ambiental do governo estabeleceu uma política a partir de quatro diretrizes: a política ambiental integrada, o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), o controle e a participação social e o desenvolvimento sustentável.

Propondo, ouvindo e negociando, contabilizamos avanços importantes, como a redução dos índices de desmatamento da Amazônia, registrando a primeira queda expressiva (31%) nos últimos nove anos como fruto da implantação do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, elaborado por 13 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil. Para a manutenção de quedas sucessivas nesses índices, é fundamental que as variáveis ambientais incidam diretamente no modelo de desenvolvimento da Amazônia. Por isso, estamos construindo um arcabouço conceitual por meio do PAS – Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que tem sua primeira aplicação prática na BR-163, uma estrada que corta o coração do arco de desmatamento, cujo asfaltamento está sendo precedido de ações de ordenamento territorial e regularização fundiária, entre outras. Na região foi instituído, em fevereiro, o primeiro Distrito Florestal Sustentável, com 5 milhões de hectares destinados ao manejo florestal certificado.

A política ambiental integrada expressou-se, ainda, na definição do novo modelo do setor elétrico, na regularização ambiental dos assentamentos de reforma agrária, na definição conjunta pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Ibama dos blocos de petróleo a serem licitados e tantas outras ações de caráter transversal.

Os esforços para garantir o acesso e melhorar a qualidade da água, principalmente no semi-árido brasileiro, resultaram na implantação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco e no desenvolvimento de projetos como o de Combate à Desertificação e Água Doce e o Programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas. Em todo o país, protegemos mais de 15 milhões de hectares de terras públicas com a criação de unidades de conservação e investimos no desenvolvimento de mais de 570 projetos direcionados à conservação e manejo da biodiversidade, entre outros.

Por meio de articulações no Congresso Nacional e nos conselhos Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos aprovamos um conjunto de normas, resoluções e leis, estabelecendo marcos regulatórios, definindo e adequando procedimentos para regular atividades que colocam em risco o meio ambiente. Destacamos a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a regulamentação das intervenções em áreas de preservação permanente (APPs) e o decreto que institui as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Na área internacional, a atuação do ministério na implementação dos acordos multilaterais ambientais destacou-se, principalmente no âmbito das convenções sobre Diversidade Biológica, Mudança Climática e Combate à Desertificação, da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, do Foro das Nações Unidas sobre Florestas e de todos os acordos relacionados à área de segurança química.

Os resultados dessa política estão apresentados nesta revista. Nela mostramos os projetos e programas desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao final de três anos de governo, podemos afirmar que estamos construindo um novo conceito de gestão ambiental no Brasil.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente



Brasil laroa na frente

para garantir uso racional da água

A elaboração e aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos colocou o Brasil entre os primeiros países do mundo, e o primeiro da América Latina, a definir diretrizes, metas e programas para garantir o uso racional da água no país. Com o plano, o ministério cumpre o compromisso internacional assumido com a Organização das Nações Unidas e com a Cúpula Mundial de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), que estipulou o ano de 2005 para que os países apresentassem seus planos de gestão integrada de recursos hídricos.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos foi elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e contou com a participação de cerca de sete mil pessoas, por meio de ofi-

cinas e seminários realizados em todo o Brasil. O documento traz metas de curto, médio e longo prazos e propõe a implementação de programas nacionais e regionais, integrando as políticas públicas, para estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda de água. O objetivo é assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para o seu uso racional e sustentável.

O processo de elaboração do plano envolveu, ainda, apoios e parcerias com o Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),



Este ano, o Ministério

do Meio Ambiente inicia a implantação do plano nas mesmas bases em que ele foi elaborado, com ampla participação social.

o Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Organização dos Estados Americanos (OEA), os bancos Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Mundial (BIRD), e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos/Ministério da Justiça (FDD/MJ).

A construção do plano exigiu uma nova divisão hidrográfica nacional e uma ampla articulação regional. Com base nas 12 regiões hidrográficas definidas, foram criadas Comissões Executivas Regionais (CERs), compostas por 200 membros, representando governos, os segmentos usuários da água (agropecuária, energia, indústria...) e da sociedade civil. Para estimular e subsidiar as discussões sobre o plano, o ministério produziu a cartilha “Documento de Introdução ao Plano Nacional de Recursos Hídricos”, em três edições, para distribuir às instituições que trabalham com questões relacionadas à água.

Este ano, o Ministério do Meio Ambiente inicia a implantação do plano nas mesmas bases em que ele foi elaborado, com ampla participação social.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foi o principal fórum de discussão nacional sobre o plano e sobre a gestão de recursos hídricos, de um modo geral. No início de 2003, o governo ampliou a composição do conselho de 29 para 57 membros, com o objetivo de aumentar a participação social nas deliberações sobre gestão de recursos hídricos. Nos últimos três anos, as plenárias do conselho protagonizaram discussões acaloradas que resultaram, entre outros assuntos, na aprovação do parecer da Agência Nacional de Águas (ANA), afirmando que o Rio São Francisco tem água em quantidade suficiente para o Projeto de

Troca de experiências com países da OEA

Na atual gestão, o governo brasileiro, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, criou o Projeto DELTAmérica para desenvolver e implementar mecanismos de divulgação das experiências de gestão da água, desenvolvidas na América Latina e no Caribe. O projeto foi financiado com doação de 970 mil dólares do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e com contrapartida não financeira do governo brasileiro e da Organização dos Estados Americanos no valor de 430 mil dólares. O projeto visa também ao fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), que reúne governos, empresas privadas, organizações não-governamentais, academia e profissionais interessados no uso e gerenciamento dos recursos hídricos nas Américas e no Caribe. Os 34 países que compõem a Organização dos Estados Americanos participam do DELTAmérica.

No âmbito do projeto, foram criadas uma Biblioteca Virtual de Referência em Boas Práticas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, disponibilizando informações sobre experiências exitosas em diversos países da região, e o sistema de informação e comunicação da RIRH.

Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, e na resolução que estabeleceu critérios para a cobrança pelo uso da água. O Conselho aprovou, ainda, a instituição de sete comitês de bacia hidrográfica em rios de domínio da União.

Entre 2003 e 2005, as nove Câmaras Técnicas do CNRH realizaram 198 reuniões abertas ao público, com a participação total de 5 mil pessoas, entre técnicos, especialistas nas áreas de interesse e ambientalistas, para analisar as matérias em pauta.

Ações monitoram, planejam, regulam e fiscalizam a conservação e o uso da água

A estruturação de comitês de bacias, a implementação da cobrança pelo uso da água e o cadastramento dos usuários da água marcaram a gestão 2003-2005 da Agência Nacional de Águas (ANA). Nesse período, foram aprovadas legislações e normas que possibilitaram a criação e o funcionamento de comitês de bacias hidrográficas, a cobrança pelo uso da água e a garantia de que recursos arrecadados dos usuários da água não sejam contingenciados. Foram, também, desenvolvidos Planos de Bacias Hidrográficas e estudos de referência, como o Atlas de Obras Prioritárias do Semi-Árido Brasileiro.

Em 2003, o governo iniciou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (MG/RJ/SP) e garantiu a aplicação integral dos recursos arrecadados na bacia. Além disso, a ANA apoiou as ações de fiscalização e a implantação de um Sistema de Alerta e Qualidade de Água da Bacia, o que possibilita identificar as principais fontes po-

A ANA desenvolve,

atualmente, um sistema de monitoramento por satélite para fiscalizar e regularizar o uso dos recursos hídricos na agricultura irrigada e um programa para racionalizar e combater o desperdício.

luidoras e as áreas críticas. Em 2005, iniciou-se o processo de cobrança nas bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG/SP).

Com vistas à regularização e à cobrança do uso dos recursos hídricos, a ANA concluiu a estruturação dos comitês das bacias do Rio Verde Grande (BA/MG), onde cadastrou 1.800 usuários, e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG/SP), com 441 usuários, desenvolvendo ações de capacitação nessas regiões. Definiu, ainda, os marcos regulatórios de uso da água nas bacias dos rios Piranhas-Açu (PB/RN), Paranã (GO), Pipiripau (DF/GO) e Poti-

Foto: ANA



Foto: Divulgação



Foto: ANA





Longá (CE/PI), realizando estudos de disponibilidade hídrica, cadastrando e regularizando os usuários.

Em 2005, a agência concedeu, entre outras, a outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, estabelecendo regras para a captação de água do Rio São Francisco. A ANA identificou 350 grandes usuários da bacia em um cadastro de mais de 85 mil usuários. Na atual gestão, a agência emitiu 1.500 outorgas de direito de uso dos recursos hídricos de domínio da União para as mais diversas finalidades. A ANA desenvolve, atualmente, um sistema de monitoramento por satélite para fiscalizar e regularizar o uso dos recursos hídricos na agricultura irrigada e um programa para racionalizar e combater o desperdício. Outras ações desenvolvidas incluíram a instalação de equipamentos de controle de vazão em poços jorantes no Nordeste. Ainda no Nordeste, a ANA deu continuidade ao projeto de construção de

cisternas rurais, em parceria com organizações da sociedade civil, por meio da Articulação Semi-Árido (ASA), e participa da execução do Proágua Semi-Árido, em conjunto com o Ministério da Integração e o Banco Mundial.

Para estimular projetos de despoluição de rios, o governo criou o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que liberou R\$ 11,5 milhões para financiar a construção de 15 estações de tratamento de esgoto. Entre 2003 e 2005, o Fundo Setorial de Recursos Hídricos do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem a ANA em seu Comitê Gestor, investiu cerca de R\$ 70 milhões e apoiou 411 projetos e bolsas de pesquisa voltadas para o desenvolvimento tecnológico, a conservação e o uso sustentável da água. A agência implantou, também, um Programa de Acreditação de Laboratórios em Análises da Qualidade de Água, para certificar os laboratórios do país, respaldando, assim, os laudos técnicos.

Merece destaque, também, o monitoramento hidrológico e de qualidade de água a partir da operação da Rede Hidrometeorológica Nacional. Em 2005, iniciou-se o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, instrumento que possibilitará maior eficiência ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos em suas ações de monitorar, planejar, regular e fiscalizar a conservação e o uso da água.



Programas aumentam oferta e melhor

Enquanto elaborava o **Plano Nacional de Recursos Hídricos**, o MMA desenvolveu outras iniciativas para melhorar a oferta e a qualidade da água, principalmente para as populações que vivem na região do semi-árido brasileiro, por meio do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil) e do Projeto Água Doce (PAD). As duas propostas integraram o pacote de políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro para ampliar a renda e fortalecer o desenvolvimento sustentável nas chamadas Áreas Suscetíveis à Desertificação.

Foi nesta região atingida pela seca, formada por 1.482 municípios, ocupando, em 11 estados, uma área que corresponde a 15,7% do território nacional, onde vivem 32 milhões de pessoas, que o Ministério do Meio Ambiente focou, nos últimos três anos, suas ações para combater a desertificação. A elaboração do PAN-Brasil teve a participação de sete minis-

térios, além de instituições públicas federais e estaduais e da sociedade civil.

Em 2004, foram realizadas duas oficinas em cada um dos 11 estados abrangidos pelo programa, com a participação de mais de 1.200 representantes de cerca de 400 instituições governamentais e não-governamentais. As discussões nas oficinas geraram as deliberações do PAN-Brasil, definindo quatro grandes objetivos: combate à pobreza e à desigualdade; ampliação sustentável da capacidade produtiva; preservação, conservação e manejo sustentável de recursos naturais; e gestão democrática e fortalecimento institucional.

Para a elaboração e implementação do PAN, o ministério estabeleceu parcerias estratégicas com órgãos nacionais, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e o Banco do Nordeste, que investiram recursos próprios. Da mesma forma, foram realizadas cooperações técnicas com agências bilaterais e internacionais, como o Mecanismo Mundial, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

Além de apoiar os estados na construção de projetos para com-



am qualidade

bater a desertificação em áreas-piloto, o MMA capacitou 246 agentes multiplicadores no desenvolvimento de boas práticas de convivência com a seca e apoiou a implantação de atividades familiares sustentáveis em microbacias da região.

Água Doce - Como grande parte das águas subterrâneas do semi-árido, que atinge 1.133 municípios e uma população de 21 milhões de pessoas, possui elevado teor de sais, o ministério implementou o Projeto Água Doce. O PAD resgatou os bons resultados do Programa Água Boa, desenvolvido pelo governo na década passada, recuperando os dessalinizadores instalados e instalando novos equipamentos. A proposta é utilizar os rejeitos resultantes do processo de dessalinização para a criação de peixes em tanques e produção de plantas.

Nos últimos três anos, o MMA inaugurou o Laboratório de Referência em Dessalinização, na Universidade de Campina Grande (PB), e

a primeira unidade demonstrativa do programa, na comunidade de Atalho, em Petrolina (PE). O projeto começou a ser implantado em 50 comunidades, consideradas em situação crítica, mas a previsão é de atender 2.000 localidades até 2007, beneficiando cerca de 1,2 milhão de pessoas. Até o final de 2005, com mais de R\$ 2 milhões de recursos alocados do MMA, Fundação Banco do Brasil e Petrobras, foram instalados núcleos estaduais do projeto em Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe e capacitados 88 técnicos para fazer o diagnóstico dos dessalinizadores.

A elaboração do PAN-Brasil

teve a participação de sete ministérios, além de instituições públicas federais e estaduais e da sociedade civil.

Aqüífero Guarani - Até o final de 2005, o governo desembolsou US\$ 156.302,88 para o desenvolvimento de pesquisas executadas por universidades brasileiras para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável do Aqüífero Guarani. Mais US\$ 7,5 milhões foram comprometidos para a construção do Sistema de Informações do Sistema Aqüífero Guarani e licitações técnicas.

O Aqüífero Guarani é o maior reservatório subterrâneo de água doce das américas e um dos maiores do mundo, atingindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mais de 70% do reservatório abrange oito estados brasileiros (GO, MT, MS, MG, PR, RS, SC e SP). O projeto de proteção ambiental foi criado para formular e estabelecer um marco legal, visando à gestão e à coordenação conjunta dos recursos do aqüífero pelos quatro países envolvidos.

O Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PR-SF) deverá aplicar, em 2006, R\$ 125 milhões em ações que vão desde educação ambiental até criação de áreas de preservação. Além disso, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) prevê a criação de um fundo para custear programas e projetos governamentais de recuperação ambiental do rio. A estimativa é liberar, em um ano, R\$ 252 milhões, valor que pode aumentar por meio de dotações orçamentárias e recursos de outras receitas, também previstos na Proposta de Emenda Constitucional. De acordo com a proposta aprovada em fevereiro pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, as ações custeadas pelo fundo incluem reflorestamento das margens do rio, recuperação do leito, combate à erosão e ao assoreamento, obras para o tratamento do esgoto e saneamento. A PEC será submetida, ainda, a duas votações no plenário da Câmara e depois será encaminhada para discussão no Senado.

O governo já investiu R\$ 120 milhões na revitalização do São Francisco. Em 2005, o Ministério do Meio Ambiente concluiu os estudos técnicos para criação do Parque Nacional Cânion do São Francisco e da Área de Proteção Ambiental (APA) de Xingó, assim como iniciou a primeira expedição sobre a fauna da bacia. As iniciativas ajudarão a preservar e a recuperar uma parcela da Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro e ameaçado de extinção, além de desenvolver o potencial turístico regional. A APA de Xingó terá 250 mil hectares e atingirá pelo menos oito municípios de três estados. Já o Parque Nacional terá 35 mil hectares. A região do Baixo São Francisco, nos estados de Alagoas e Sergipe, também ganhou um plano de ações para desenvolver o turismo sustentável. A iniciativa irá nortear os futuros projetos e financiamentos nessa área.



Governo

O MMA começa também a desenvolver ações para reduzir o passivo ambiental na Bacia do São Francisco com projetos de recuperação de nascentes e matas ciliares, orçado em R\$ 3 milhões, além da conservação e manejo e 52 microbacias em Minas Gerais. Já na recuperação de áreas degradadas por mineração, os recursos destinados chegam a R\$ 1,5 milhão. Pesquisadores do Ibama irão, também, mapear o passivo ambiental, apontar solu-

O programa representa

um esforço comum de articulação e integração para ser implementado com os vários órgãos de governos e a sociedade.



prioriza investimentos para revitalizar o São Francisco

ções para os problemas e incentivar a adoção de tecnologias de produção e gestão de resíduos pesqueiros da bacia.

Em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), o Ministério do Meio Ambiente destinou R\$ 6 milhões para gestão de resíduos sólidos nos municípios e mais R\$ 21 milhões em projetos de saneamento na bacia.

Um dos projetos mais importantes para o futuro da região é o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), iniciado em 2005, e que será finalizado este ano.

O Programa de Revitalização do Rio São Francisco representa um esforço comum de articulação e integração para ser implementado com os vários órgãos de governos e a sociedade. Além de estar incluído no Plano Plurianual (PPA 2004/2007) e no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o programa também integra as Políticas Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.



Foto: Arquivo MMA

Conama votou polêmicos com

Com ênfase no controle e na participação social, o MMA, no período entre 2003 e o início de 2006, ampliou e descentralizou os debates no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). A estratégia facilitou acordos sobre temas essenciais e controversos, melhorou o potencial de aplicabilidade das normas estabelecidas e deu aos conselheiros a oportunidade de debater mais amplamente a Política Ambiental Integrada do país.

Entre as resoluções

que exigiram mais discussões, destacaram-se aquelas que tratam da classificação dos corpos de água e dos casos excepcionais de intervenção em Áreas de Preservação Permanente.

Entre as resoluções que exigiram mais discussões, destacaram-se aquelas que tratam da classificação dos corpos de água (357/2005) e dos casos excepcionais de intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP). A resolução sobre APPs envolveu mais de três anos de debates, com quatro plenárias, seis audiências públicas pelo país e dois seminários técnicos.

As normas referentes à reciclagem de óleo lubrificante, presença de fósforo no sabão em pó, licenciamento de cemitérios e disposição de resíduos de saúde, entre outras, foram aprovadas após debates também polêmicos em Grupos de Trabalho (GT) e Câmaras Técnicas (CT). Nas plenárias e em seminários específicos, os conselheiros e técnicos convidados trataram de temas funda-

a temas mais debate

mentais para a gestão ambiental no país, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que orientou a elaboração do anteprojeto de lei encaminhado à Casa Civil, a conservação da Mata Atlântica, o combate ao desmatamento da Amazônia, o Zoneamento Ecológico-Econômico de Rondônia e ainda informes sobre o licenciamento de projetos hidrelétricos especialmente na região Sul do país.

A estratégia de intensificar e qualificar os debates sobre temas de interesse nacional levou o conselho a se reunir fora de Brasília, tanto em plenárias extraordinárias, como em Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e até audiências públicas. Com o trabalho do Conama, o MMA ampliou a participação das organizações da sociedade civil, do setor empresarial e dos órgãos ambientais dos governos federal, estaduais e municipais – integrantes do Sisnama – estabelecendo um diálogo permanente entre os diversos segmentos por intermédio também do Comitê de Políticas Ambientais do Conselho.

O resultado pode ser resumido em números. Foram 45 resoluções em pouco mais de três anos, mantendo a média anual de 15 aprovações, em 12 plenárias ordinárias e seis extraordinárias precedidas por 138 reuniões de Grupos de Trabalho e 108 de Câmaras Técnicas. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do conselho realizou, ainda, 25 reuniões para analisar a legalidade e constitucionalidade das propostas de resolução. As plenárias do Conama aprovaram, também, 23 moções, duas

Contato permanente com o Congresso

No último triênio, o Ministério do Meio Ambiente acompanhou e participou de cerca de 150 audiências públicas no Congresso Nacional. Além da ministra Marina Silva, técnicos e dirigentes do MMA e dos órgãos vinculados participaram dos debates para esclarecer dúvidas de parlamentares sobre temas relevantes, como biopirataria, biossegurança, transgênicos, política de recursos hídricos, política de resíduos sólidos, gestão de florestas públicas, biodiversidade e conferências internacionais.

A Assessoria Parlamentar do MMA acompanha aproximadamente 1.570 matérias relativas a projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emendas de interesse do ministério que tramitam na Câmara e no Senado. Dessas, 23 são consideradas prioritárias. O acompanhamento é realizado junto a todas as comissões do Congresso.

recomendações e uma decisão e os conselheiros julgaram 68 processos de multas e outras penalidades impostas pelo Ibama. Até agosto, quando o Conama completa 25 anos de existência – desde a promulgação da lei nº 6.938/1981 –, o Ministério do Meio Ambiente vai publicar um livro com todas as resoluções vigentes do conselho.

Para garantir esta produtividade, a equipe do Conama teve um reforço de 10 funcionários concursados e as prioridades para o período foram estabelecidas durante um seminário, em 2003, que contou com a participação dos conselheiros e das equipes técnicas do ministério, do Ibama e da Agência Nacional de Águas. O ministério também atualizou, por meio da secretaria-executiva do Conama, o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), que soma, atualmente, 855 organizações não-governamentais registradas.

Criação de comissões tripartites fortalecem Sisnama



Foto: Arquivo MMA

regulamentação do artigo 23 da Constituição, que prevê a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre União, estados, municípios e o Distrito Federal. Em 2005, a Comissão Tripartite Nacional fez quatro reuniões para discutir a regulamentação deste artigo e o Programa de Capacitação de Gestores do Sisnama.

Um grupo de trabalho, formado por representantes do MMA, Ibama e das Associações Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), concluiu uma proposta, definindo a competência da União, estados e municípios na gestão ambiental. O projeto de

O Ministério do Meio Ambiente concluiu, em 2005, a instalação de 26 Comissões Tripartites Estaduais e a Bipartite do Distrito Federal. As comissões foram instituídas como um espaço de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União, com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

A instalação das comissões foi fundamental para o ministério iniciar o processo de

A instalação das comissões

foi fundamental para o ministério iniciar o processo de regulamentação do artigo 23 da Constituição, que prevê a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre União, estados, municípios e o Distrito Federal.

ões

proposta da regulamentação está, atualmente, em análise na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama começou a ser estruturado na Comissão Tripartite Nacional em 2004 e foi lançado, oficialmente, em 2005.

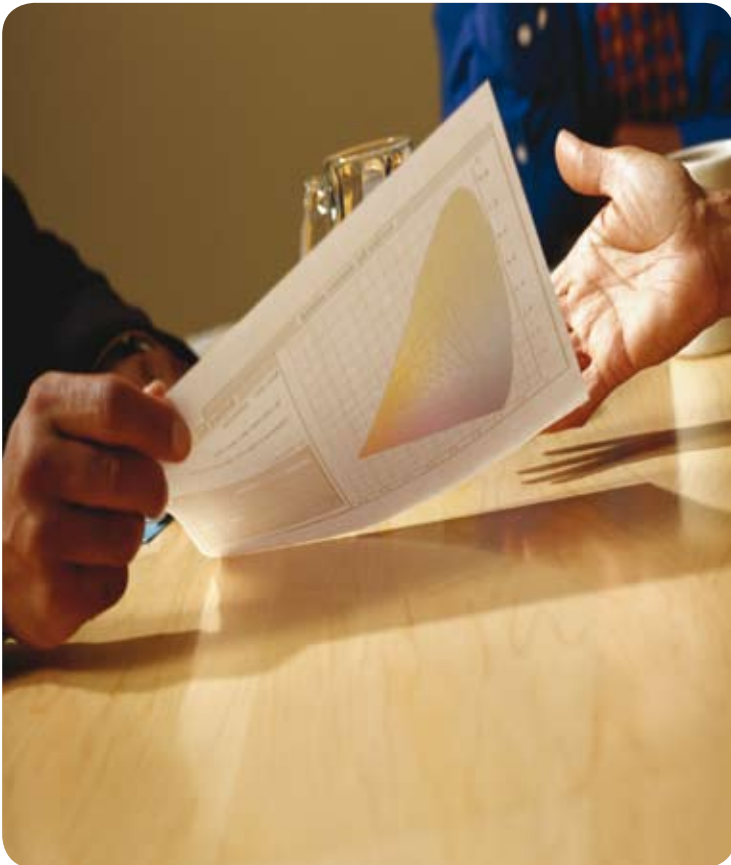
Os primeiros convênios foram assinados com os estados do Espírito Santo, Bahia e Acre, totalizando investimentos de R\$ 945.423,00. As ações desenvolvidas no ano passado incluíram, ainda, visita a 17

estados; elaboração de material didático e contratação de duas consultoras para apoio e implantação do programa nos estados; negociação e definição de parcerias com a Caixa Econômica Federal, Petrobras e Instituto Banco Mundial; apoio na organização das comissões tripartites do Pará, Amapá e do Distrito Federal; assessoramento aos grupos estaduais e coordenação dos processos de elaboração dos projetos estaduais e da montagem dos convênios para o repasse de recursos e realização de uma videoconferência com a parceria do WBI, com os 10 primeiros estados.

PNMA – As ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) na atual gestão também ajudaram a fortalecer os órgãos estaduais de meio ambiente. Com o objetivo de melhorar e aperfeiçoar os instrumentos de gestão e gerar modelos sustentáveis, o programa apoiou, em 17 unidades da Federação, o desenvolvimento de 43 projetos.

O PNMA modernizou os sistemas de licenciamento ambiental de 12 estados, priorizando a articulação da atividade de licenciamento com as de monitoramento e fiscalização.





Implementou, em 10 estados, sistemas de monitoramento de qualidade da água, incluindo a organização de um banco de dados com informações sobre a qualidade da água nos estados; fortaleceu a atuação dos órgãos estaduais e municipais para a gestão da zona costeira em 17 estados litorâneos, contribuindo para disciplinar a utilização e ocupação das faixas litorâneas.

As ações do PNMA apoiaram, ainda, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais, a formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, os grupos de trabalho sobre licenciamento ambiental e suinocultura e as propostas de redução de gases de efeito estufa, por meio da utilização de mecanismos de desenvolvimento limpo aplicados à suinocultura.

Sistemas aumentam participação e controle social

O Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima) começou a ser implantado na atual gestão e já disponibiliza um banco de dados com informações sobre licenciamento ambiental, unidades de conservação, Caatinga, georeferenciamento de projetos, mapas interativos e Mercosul.

O Sinima foi instituído pela lei nº 6.938, de 1981, como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, mas só na atual gestão começou a ser construído. A proposta é integrar dados das diferentes áreas que compõem o universo ambiental aos sistemas do MMA, de outros órgãos do Governo Federal, dos estados e dos municípios, compartilhando e disponibilizando as informações ambientais à sociedade brasileira e aos tomadores de decisão.

Os serviços já disponíveis no âmbito do Sinima podem ser acessados pela página http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=58.

Nos últimos três anos, também entrou em operação o Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente (Sigma I). O sistema disponibiliza assistência técnica e aplicativos de computador em 24 programas das unidades de coordenação e em 78 órgãos executores. Além de contribuir para a melhoria da gestão e redução de custos, o sistema tem facilitado as negociações de novos acordos, contratos e na capacitação de pessoal na gestão dos programas financiados com recursos externos.

O Sigma I é uma das iniciativas mais bem-sucedidas do Projeto de Cooperação Internacional. O PCI tem como objetivo articular a participação do MMA nas negociações de projetos e acordos de cooperação com organismos internacionais, como o firmado com o Global Environment Facility (GEF), que resultou em 25 projetos em execução e 17 em fase de negociação.

Imagem positiva no exterior

As negociações sobre a inclusão de princípios de remuneração das políticas de redução de emissões decorrentes do desmatamento; as discussões sobre a proibição da importação de pneus usados, no âmbito do Mercosul e da União Européia; a adoção de um regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios; as regras para transferência, manuseio e uso de organismos geneticamente modificados, estabelecidas no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, e o banimento do uso do amianto, no âmbito da Convenção de Roterdã, foram alguns dos temas ambientais que ocuparam a agenda internacional na gestão 2003–2005. A posição brasileira, nesses casos, foi definida a partir de ampla participação do Ministério do Meio Ambiente, com o envolvimento da sociedade civil organizada e coordenação da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

O MMA intensificou a atuação na área internacional, nos últimos três anos, para se adequar ao contexto global em que as negociações na área ambiental se colocam, cada vez mais, como questões de desenvolvimento. A assessoria internacional do ministério reforçou a equipe, passando de oito para 13 funcionários, e aumentou a articulação entre as diversas áreas técnicas do ministério e de outros órgãos governamentais. A estratégia direcionou a formação de parcerias em defesa de posições comuns, levando o MMA a participar mais efetivamente de grande número de foros internacionais, inclusive daqueles



onde sua atuação era, no passado, tímida, como os foros de negociações comerciais, como a Alca e a OMC.

Os bons resultados da política ambiental, principalmente no combate ao desmatamento ilegal, refletiram de maneira positiva no exterior e renderam à ministra Marina Silva o Prêmio de Conservação do Festival da Vida Selvagem de Jackson Hole (Estados Unidos) e o título de Doutora Honoris Causa da Academia Chinesa de Silvicultura. Os resultados, altamente focados na estratégia de implementação dos acordos multilaterais ambientais, também tiveram impacto positivo nos foros internacionais, onde as ações do ministério destacaram-se no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática, da Convenção sobre Combate à Desertificação, da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, do Foro das Nações Unidas sobre Florestas e de todos os acordos relacionados à área de segurança química.

A atuação do ministério na área internacional qualificou o Brasil para sediar a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e a Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena. No ano de 2006, o Brasil sediou, ainda, o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental e a II Reunião dos Ministros de Meio Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de assumir, no segundo semestre, a presidência *pro tempore* do Mercosul.



A biodiversidade toma conta do Brasil

Mesmo com sua imensa biodiversidade, nunca o Brasil fora cenário de um debate tão relevante sobre o assunto – e com cobertura tão ampla pelos meios de comunicação. Entre os dias 13 e 31 de março de 2006, aconteceram dois encontros internacionais, ambos em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Um deles foi a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – a chamada COP8 –, que contou com a participação de representantes de 160 países signatários da convenção e outros três países observadores. O outro encontro foi a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a MOP3, ao qual compareceram delegações de 144 países signatários e de dezessete países observadores. Os dois eventos resultaram na divulgação de mais de 660 reportagens.

O Brasil se tornou sede das negociações de temas complexos, como a possibilidade de adoção de um regime internacional de acesso a recursos

genéticos e de repartição de benefícios gerados a partir do uso desses recursos. Fez parte dos debates também a adoção de regras para a rotulagem de cargas de produtos transgênicos. Na COP8, o Brasil ainda assumiu a presidência da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) com um mandato de dois anos, que encerra com a realização da próxima conferência, na Alemanha, em 2008.

Os governos signatários da convenção deram um passo importante na COP8. Adotaram o Texto de Granada, documento elaborado em fevereiro deste ano na Espanha, como referencial das negociações do regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. Outras deliberações da COP8 apontaram formas para proteger os conhecimentos tradicionais, aqueles próprios de comunidades locais, como quilombolas ou indígenas, e ainda destacaram a necessidade da criação de um código de conduta ética para preservar a herança intelectual e cultural dessas comunidades. O objetivo é garantir mecanismos capazes de beneficiar as comunidades que detêm conhecimento tradicional usado em pesquisa, por exemplo.

Outra decisão importante trata das Tecnologias de Restrição de Uso Genético, chamadas de GURTS. Os países recomendaram que não sejam aprovados testes de campo com produtos com



GURTS em sua composição até que haja informações suficientes sobre elas. Na MOP3, o principal resultado foi a determinação de que os países que comercializam cargas com organismos geneticamente modificados (OGMs), os transgênicos, devem identificá-las com a expressão “Contém OGMs”, a partir de 2012. Até lá, essas cargas poderão ser rotuladas também com a expressão “Pode conter OVMs”. O objetivo da identificação é permitir que os países importadores possam adotar medidas necessárias de biossegurança. Esse é o conteúdo principal da Declaração de Curitiba. No total,

a COP8 aprovou 34 decisões sobre diferentes temas da biodiversidade e a MOP3 aprovou 18 decisões sobre biossegurança de OGMs.

Como presidente da CDB, o Brasil vai trabalhar para implementar as regras da CDB, levando em conta as deliberações da última COP. O país pretende fazer avançar as discussões sobre o regime internacional de acesso a recursos genéticos nas próximas duas reuniões do grupo de trabalho da CDB. O Brasil ainda defenderá que os países incorporem efetivamente as normas da convenção em suas políticas internas e, para isso, vai apoiar a revisão das Estratégias Nacionais de Biodiversida-

Durante quase 20 dias,

o Brasil se tornou sede das negociações de temas complexos, como a possibilidade de adoção de um regime internacional de acesso a recursos genéticos e de repartição de benefícios gerados a partir do uso desses recursos.

de. E planeja começar dando exemplo: o governo brasileiro pretende enviar ao Congresso Nacional, ainda em 2006, um projeto de lei para regulamentar o acesso a recursos genéticos e a conhecimentos tradicionais no país. Ainda faz parte dos planos brasileiros, para o comando da CDB, iniciar o debate sobre instrumentos práticos que assegurem sua completa implementação. Para tanto, está disposto a buscar apoios financeiros e incentivos para as atividades nacionais.

Na COP8, o Brasil defendeu que países desenvolvidos estimulem, financeira e tecnicamente, os países em desenvolvimento a cumprirem suas obrigações com a convenção. O país ainda vai propor o envolvimento dos diferentes setores socioeconômicos e da administração pública nas políticas e programas relativos à biodiversidade, como faz internamente, e estimular iniciativas e estratégias regionais de cooperação técnica e científica.

A 8ª edição da conferência reuniu 1.223 delegados e a MOP3 reuniu 527. A participação de observadores foi inédita nos dois eventos. Na COP estiveram 2.891, representando 608 entidades, entre elas órgãos das Nações Unidas, organizações não-governamentais e governamentais brasileiras e de outros países, empresas, instituições e redes científicas e educacionais, organizações de comunidades indígenas e tradicionais do país e de fora dele. Na MOP, 183 dessas entidades estiveram representadas por 735 observadores. A Reunião de Alto Nível, aberta pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e presidida pela ministra Marina Silva, reuniu 45 ministros de meio ambiente e 85 vice-ministros, embaixadores ou chefes de delegação e marcou o Brasil pela inserção de uma dinâmica nova de trabalho. A COP8 e a MOP3 contaram com quatro mil voluntários, todos alunos de universidades. Com essa equipe, foi possível atender aos participantes em 60 línguas estrangeiras diferentes.

O Ministério do Meio Ambiente ainda colocou à disposição de 75 expositores, nacionais e internacionais, 10 mil metros quadrados para estandes. Também participou da organização do Fórum Global da Sociedade Civil, evento paralelo à COP realizado por iniciativa do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), e da construção de ocas que abrigaram reuniões e encontros dos povos indígenas. Foi responsável ainda pela Feira de Produtos Sustentáveis, com 38 produtores de 15 estados. Aproximadamente 130 mil alunos visitaram as exposições. Durante os horários de almoço e após as reuniões da tarde, 289 eventos paralelos aconteceram em Pinhais, além de 60 atividades associadas, como simpósios científicos e seminários empresariais.



Reestruturação agiliza Ibama

A renovação e a ampliação do quadro de funcionários do Ibama marcaram os últimos três anos de gestão, dando ao órgão mais agilidade, principalmente nas ações de fiscalização e licenciamento. Entre 2003 e 2005, por meio de concursos públicos, o Ibama contratou cerca de 1.550 analistas. No final de 2005, dos 6.353 funcionários do instituto, 2.433 eram analistas ambientais. A área de licenciamento, por exemplo, que começou a gestão com 16 servidores, fechou 2005 com 116 funcionários. A execução orçamentária também refletiu no desempenho do instituto. Nesses três anos, a execução orçamentária do Ibama aumentou em 50%, atingindo, em 2005, a maior cifra de sua história, R\$ 881 milhões.

A essa nova estrutura somaram-se as parcerias com o Exército e as Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ambiental dos estados, permitindo a execução, bem-sucedida, de operações de combate à corrupção em todo o território nacional. Em alguns casos, as operações apuraram o envolvimento de fun-

cionários do Ibama nas irregularidades. Em três anos, o instituto instaurou 396 processos que culminaram, em 2005, com a demissão de nove servidores envolvidos em corrupção.

Para normalizar a exploração dos recursos florestais na Amazônia, o Ibama recadastrou todas as empresas madeireiras, combateu as fraudes no uso de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), na documentação de posse da terra e nas autorizações para desmatamento. Só no Pólo Siderúrgico de Carajás, a fiscalização e o controle do uso da madeira resultaram na aplicação de R\$ 506 milhões em multas às empresas que usavam carvão vegetal oriundo de desmatamento ilegal.

Novos mecanismos de controle e medidas para o combate às fraudes foram incorporadas pelo instituto. Estabeleceu-se um sistema de regras para permitir a regularização da exploração de espécies como o mogno e desenvolveu-se uma sistemática para a extração e transporte de produtos florestais. As modificações vão possibilitar a substituição definitiva das ATPFs pelo Sistema de Controle de Fluxo de Produtos Madeireiros (Simart) e Documento de Origem Florestal (DOF).

O Ibama também regulamentou o funcionamento da Câmara Técnica de Compensação Ambiental, estabelecendo uma metodologia mais precisa para calcular os valores da compensação dos empreendimentos licenciados. Os recursos da compensação ambiental, negociados com os empreendedores, somaram um mon-

tante de R\$ 357.478.606,69, que foram usados para beneficiar cerca de 170 unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Os recursos foram distribuídos para regularização fundiária (63,97%), elaboração de planos de manejo (4,11%), implantação das unidades de conservação (31,82%) e desenvolvimento de estudos para a criação de novas unidades (0,09%).

A prevenção e combate a incêndios florestais colocou em funcionamento 201 brigadas para as quais foram contratados 3.200 brigadistas. O instituto realizou 216 cursos de treinamento, forneceu 140 motobombas, distribuiu 174 mil exemplares de material educativo, apoiou a criação de 18 comitês estaduais e realizou 475 cursos na Amazônia para orientar a queima controlada.

A reestruturação do órgão, com a incorporação de mais servidores e informatização do sistema, teve reflexo direto na área de licenciamento ambiental. Por duas vezes consecutivas, nos últimos três anos, o Ibama bateu recorde no número de licenças concedidas a obras de infra-estrutura de impacto nacional e regional. Em 2004 foram concedidas 222 licenças e, em 2005, 233 (veja quadro).

Para dar transparência e publicidade, necessárias à credibilidade das ações públicas nos processos de licenciamento ambiental, o MMA criou o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA). Nos últimos três anos, foram realizados cursos de capacitação para técnicos do Ibama e Oemas e seminários temáticos, atendendo a expecta-

tivas dos setores públicos, privados, organizações não-governamentais e representações de classes, nas áreas de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, reforma agrária, avaliação ambiental estratégica e licenciamento ambiental. As ações de capacitação envolveram, aproximadamente, 1.500 pessoas, entre técnicos dos órgãos ambientais licenciadores de todo o país, além de representantes de outros ministérios, órgãos e agências do governo e da sociedade civil.

Nesses três anos,

a execução orçamentária do instituto aumentou em 50%, atingindo, em 2005, a maior cifra de sua história, R\$ 881 milhões.

Fauna – Entre 2003 e 2005, o Ibama elaborou 12 planos de ação, definindo estratégias para a conservação de espécies ameaçadas. Também criou um setor especializado em manejo da fauna na natureza para tratar de espécies em desequilíbrio, como a capivara, invasora, o javali e o caramujo africano, e de caça. Nesse período, a criação comercial de animais silvestres como animais de estimação foi regulamentada e o instituto implantou o termo de guarda doméstica para regular a situação dos animais silvestres mantidos em residências. O instituto investiu, ainda, R\$ 4,17 milhões na criação e melhoria de 21 Centros de Triagem de Animais Silvestres.

Na área de recursos pesqueiros, foram criados os comitês de gestão de uso sustentável, envolvendo o setor público, empresas e pescadores na tomada de decisões e execução das medidas de proteção e manejo da pesca, como nos casos da sardinha e da lagosta. Uma parceria com a Secretaria Nacional de Pesca permitiu o cadastramento da frota pesqueira do litoral Norte e Nordeste; a realização do censo estrutural da pesca marítima, nas regiões Sul e Sudeste; e a elaboração do projeto “Estatpesca”, que monitorou toda a atividade no litoral brasileiro. Em 2005, o Ibama inaugurou os Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste, em Caravelas (BA) e do Litoral Norte, em Manaus (AM).

Licenciamento

Tipos	2003	2004	2005
Licença prévia	28	47	47
Licença de instalação	37	76	77
Licença de operação	80	99	113
Total	145	222	237

No início do atual governo, em janeiro de 2003, a Amazônia encontrava-se em acelerado processo de destruição. O período de 2001/2002 havia registrado um dos maiores crescimentos do desmatamento em toda sua história. Em 2000/2001, a área desmatada tinha sido de 18.165 quilômetros quadrados e em 2001/2002 alcançou a marca de 23.143 quilômetros quadrados. Um aumento de 27% em apenas um ano. Para reverter essa situação, em março de 2004, o governo implantou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, elaborado por um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, instituído em março de 2003, envolvendo 13 ministérios e coordenado pela Casa Civil. O plano, orçado em R\$ 394 milhões, previu a realização de 32 ações estratégicas ou 162 atividades dirigidas a combater a grilagem de terras públicas, a exploração florestal e o desmatamento ilegais, aprimorar o monitoramento da floresta, promover o ordenamento do território e estimular o uso sustentável da floresta e o melhor aproveitamento das terras já desmatadas.

Os resultados começaram a surgir um ano e meio após a implementação do plano. O mais expressivo foi a redução de 31% na taxa de desmatamento no período 2004/2005. Foi a primeira queda significativa nos últimos nove anos. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no período de agosto de 2004 a agosto de 2005, o desmatamento atingiu uma área de 18.900 quilômetros quadrados. No período anterior – agosto 2003/agosto 2004 –, a área desmatada foi de 27.364 quilômetros quadrados, considerada a segunda mais alta taxa verificada na Amazônia desde o início da medição, em 1988.

A diminuição do desflorestamento nos estados de Mato Grosso e Pará influenciou consideravelmente a taxa verificada na Amazônia.

Plano redu

A queda é resultado

de um conjunto de ações estabelecidas por um grupo, composto por 13 ministérios e coordenado pela Casa Civil.

Estes estados sempre registraram índices alarmantes de desmatamento. No Mato Grosso, foram desmatados 41,6% menos hectares do que no ano anterior e no Pará, 28,9%. Isso significa que, só nesses dois estados, 7.362 quilômetros quadrados de florestas foram poupadas. A redução verificada resultou diretamente das ações de ordenamento fundiário e comando e controle implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos de governo. O aumento no valor das multas por hectare de floresta derrubada ilegalmente, de R\$ 1 mil para R\$ 5 mil, e a decisão do governo de inviabilizar o registro de imóveis rurais para quem não se cadastrou no Incra foram algumas das iniciativas que inibiram a derrubada da floresta.

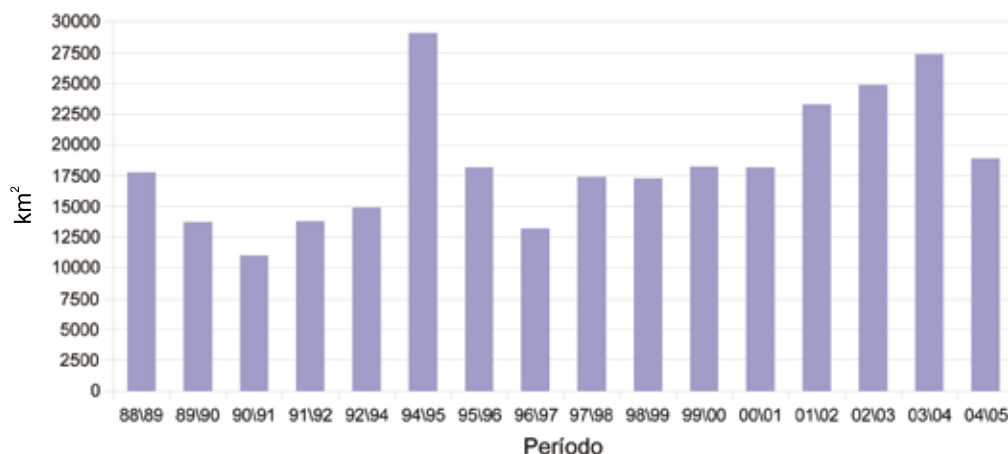
A implantação de um novo modelo de desenvolvimento e ordenamento fundiário incluiu a criação de cerca de 15,1 milhões de hectares em unidades de conservação, sendo 6,4 milhões de hectares na área decretada sob limitação administrativa provisória

z desmatamento na Amazônia

ao longo da BR-163 no Pará. Além disso, foi instituída a limitação provisória de 15,4 milhões de hectares às margens da rodovia BR-319, no Amazonas, para fins de estudo, visando também à criação de unidades de conservação. O Ministério do Meio Ambiente prevê, ainda este ano, criar 15 novas UCs, ampliar os limites das Reservas Biológicas do Jarú (RO) e Abufari (AM) e redefinir os limites da Reserva Biológica do Trombetas (PA).

Nas áreas mais críticas da região foram implantadas 10 bases operativas do Ibama que deram apoio para a realização de mais de 100 operações referentes à fiscalização de práticas ilegais de desmatamento, exploração e transporte de produtos madeiros e utilização de trabalho escravo, muitas delas envolvendo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, fiscais do Ministério do Trabalho e apoio logístico do Exército. O trabalho resultou na apreensão de cerca de 600 mil m³ de madeira em tora,

Desflorestamento Anual na Amazônia



apreensão de centenas de equipamentos pesados, como tratores e caminhões, além de motosserras e outros bens; emissão de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão em multas e realizadas ações conjuntas de fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária com o Ibama, ministérios da Defesa e Trabalho, Polícia Federal, Funai e Incra.

O Ministério do Meio Ambiente também apoiou a criação e disponibilização ao público do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter/Inpe/MCT). Outra iniciativa crucial foi a realização de 9 grandes operações da Polícia Federal, em parceria com o Ibama, no desmonte de quadrilhas que atuavam na exploração madeireira e desmatamento ilegais, biopirataria e no mercado ilegal de terras públicas na Amazô-

O Ministério

do Meio Ambiente também apoiou a criação e disponibilização ao público do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter/Inpe/MCT).

nia, quais sejam: Operação Setembro Negro (Rondônia, 2003), Faroeste (Pará, 2004), Curupira I (Mato Grosso, 2005), Curupira II (Mato Grosso e Rondônia, 2005), Ouro Verde (Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia e Rio Grande do Norte, 2005), Rio Pardo (Mato Grosso, 2005), Terra Limpa (Rondônia, 2005), Trinca-Ferro (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 2005) e Terra do Meio (Pará, 2006). Essas operações apreenderam um total de 236 pessoas, sendo 75 servidores públicos federais e estaduais e 161 pessoas, dentre empresários, madeireiros, despachantes e contadores.

Quanto às ações de fomento a atividades produtivas sustentáveis, essenciais para garantir a redução permanente do desmatamento, merece destaque a recente aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O ministério intensificou, também, o programa de capacitação, criando o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e elaborou o projeto do 1º Distrito Florestal Sustentável do Brasil, criado em fevereiro por decreto assinado pelo presidente Lula.



Exército, polícias e Ibama na fiscalização

Entre 2003 e 2005, o Ibama aumentou sua capacidade instalada de fiscalização na Amazônia e pôde contar, de forma crescente, com o apoio e parceria do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e de polícias militares estaduais. Neste período, implantou também o Programa de Agentes Ambientais Voluntários, mobilizando, em todo o país, 1.745 agentes que ajudaram as instituições do governo a proteger o meio ambiente.

As iniciativas possibilitaram um aumento de 600% no número de operações realizadas entre 2003 e 2005 (veja quadro) na Amazônia, refletindo no aumento da aplicação de multas – de R\$ 2,6 milhões, em 2002, para mais de R\$ 474 milhões, em 2005 – e no aumento do volume de madeira apreendida na região – de 122 mil metros cúbicos, em 2002, para 146 mil metros cúbicos, em 2005.

Os sistemas de leitura de dados georeferenciados sobre a Floresta Amazônica foram desenvolvidos e atualizados. A inovação tecnológica e a adoção de novas tecnologias possibilitaram delimitar com precisão áreas de desflorestamento e avaliar a ocorrência de incêndios, desmatamentos, garimpos irregulares e invasões. As informações vão integrar o Sistema Compartilhado de Informações de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais na Amazônia Legal (Siscom).

Indicadores de fiscalização

	2003	2004	2005
Nº de operações	32	26	197
Efetivo do Ibama	198	247	580
Efetivo do Exército	42	75	454
Efetivo da PM	68	96	159
Efetivo da PF	38	78	780
Efetivo da PRF	24	53	56
Total	370	549	2.029



Florestas produtivas e protegidas

Como forma de estimular o uso sustentável das florestas e combater o desmatamento de terras públicas, o Ministério do Meio Ambiente elaborou o projeto de lei de gestão de florestas públicas, sancionado pelo Presidente da República em 3 de março de 2006. A lei estabelece as regras para o uso sustentável das florestas públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

A nova legislação define três formas de gestão das florestas públicas para produção sustentável: a criação de unidades de conservação de uso sustentável, como as florestas nacionais; a destinação para o uso comunitário, como os assentamentos florestais, reservas extrativistas e áreas quilombolas; e, por último, os contratos de concessão florestal com base em processo de licitação pública e com pagamento pela exploração de produtos e serviços da floresta.

A lei contribui para o fim da grilagem de terras do governo, provocada pela especulação sobre a expectativa de privatização e quase sempre associada ao desmatamento ilegal e atividades agropecuárias predatórias. Com a aprovação da lei nº 11.284, o governo estabelece um novo marco

legal, onde as terras públicas continuam públicas e as florestas continuam florestas, criando um processo de desenvolvimento sustentável para o uso dos produtos madeireiros e não madeireiros, além de garantir cidadania para produtores e trabalhadores florestais.

Por meio do Programa Nacional de Florestas, o Governo Federal está investindo no fomento às atividades florestais sustentáveis com a revisão da regulamentação, estímulo à pesquisa e disponibilização de crédito e assistência técnica ao produtor florestal. As medidas possibilitaram o crescimento de 300 mil hectares de florestas naturais manejadas e certificadas, em 2002, para 1,4 milhão de hectares, em 2005. A área de florestas plantadas anualmente também aumentou de 320 mil hectares, em 2002, para 553 mil, em 2005. No mesmo período, a participação do pequeno produtor nos plantios florestais cresceu de 7% para 23%. O ministério, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, disponibilizou R\$ 34,6 milhões para capacitar e dar assistência técnica em atividades florestais para agricultores familiares nos biomas da Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Amazônia.

A área de florestas plantadas

anualmente aumentou de 320 mil hectares, em 2002, para 553 mil, em 2005.

No mesmo período, a participação do pequeno produtor nos plantios florestais cresceu de 7% para 23%.

Foto: Rencas

biodiversidade



Ações comb o acesso conhecim

pecíficos e aumentando o quadro de pessoal concursado. Com 39 reuniões ordinárias realizadas desde a sua criação, o CGEN elaborou 22 atos normativos complementares e concedeu mais de 150 autorizações de acesso para pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, incluindo aquelas concedidas mediante o credenciamento do Ibama. Os primeiros contratos de repartição de benefícios já começaram a ocorrer, inaugurando uma nova lógica no uso do patrimônio genético nacional.

Para aperfeiçoar esse sistema, o MMA trabalha na conclusão de uma nova proposta de lei de acesso e repartição de benefícios a ser encaminhada ao Congresso Nacional para superar as lacunas do atual marco legal. Também tem atuado ativamente nas negociações para o estabelecimento de um Regime Internacional de Repartição de Benefícios, para que os países usuários tenham obrigações legais de cumprir com as leis de acesso dos países de origem, resolvendo definitivamente o problema da biopirataria. O tema foi uma das principais pautas da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade – COP8 (Curitiba – PR, março de 2006).

Nos últimos três anos, o Ministério do Meio Ambiente atuou intensamente para consolidar o sistema de regulação do acesso ao patrimônio genético, aos conhecimentos tradicionais associados e de repartição de benefícios. Ainda com base na legislação em vigor, a MP 2.186-16/01 fortaleceu o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), garantindo uma gestão participativa, com representação de vários setores da sociedade civil, bem como do Departamento do Patrimônio Genético, alocando recursos orçamentários es-

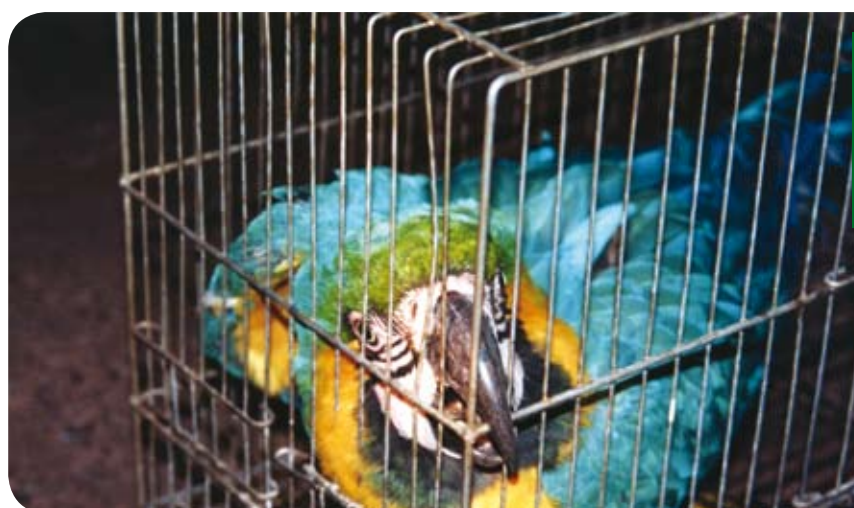
Com 39 reuniões ordinárias,

o CGEN elaborou 22 atos normativos complementares e concedeu mais de 150 autorizações de acesso para pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, incluindo aquelas concedidas mediante credenciamento do Ibama.

Atem biopirataria e regulam aos recursos genéticos e aos mentos tradicionais associados

Além disso, o MMA tem atuado para integrar a ação dos órgãos envolvidos na investigação e repressão das atividades de biopirataria no país, mediante Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2005 entre MMA, Ibama, Departamento de Polícia Federal e Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Complementarmente, foi editado o decreto 5.459/2005, que disciplinou as sanções contra atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Com a publicação do decreto, o Ibama lançou uma campanha de combate à biopirataria que mobilizou 112 instituições de pesquisa contra a coleta ilegal de material genético. Para evitar o tráfico e o comércio ilegal, entre 2003 e 2005, o Ibama implantou a campanha “Quem Ama não Compra”, que manteve uma média de apreensões de 45 mil animais por ano e treinou agentes dos aeroportos de Manaus (AM), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Brasília (DF). Recentemente, o MMA lançou, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), a 1ª Campanha Internacional contra o Tráfico de Animais Silvestres, iniciativa que pretende sensibilizar a população dos países para onde são vendidos os animais traficados.

O MMA também iniciou atividades inéditas de capacitação e formação em duas frentes. A primeira capacitou mais de 150 agentes do Ibama, Polícia Federal, Fundação Nacional



do Índio (Funai), Abin e Ministério da Defesa para fiscalizar e combater a biopirataria. A segunda, direcionada às comunidades indígenas e locais, teve como objetivo promover a proteção dos conhecimentos tradicionais e o exercício dos direitos relacionados. Envolveu a realização de 11 oficinas para orientar as comunidades indígenas e locais com base na atual legislação de acesso e repartição de benefícios. Outras seis oficinas estão previstas para 2006, além de quatro cursos de capacitação para formação e atualização de agentes de fiscalização.





Em defesa da biodiver

Em parceria com o MDA, o Ministério do Meio Ambiente implantou, em 2005, 11 Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs). Localizados em nove estados, os centros beneficiaram 5 mil famílias de agricultores assentados da reforma agrária, priorizando ações de capacitação de agriculto-

O governo trabalha

também para assegurar a sustentação dos serviços de polinização nos ecossistemas agrícolas com a Iniciativa Brasileira de Polinizadores e o projeto “Conservação e Manejo de Polinizadores para Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica”.

res e técnicos e a implementação de atividades demonstrativas voltadas para o uso sustentável da agrobiodiversidade. O governo trabalha também para assegurar a sustentação dos serviços de polinização nos ecossistemas agrícolas com a Iniciativa Brasileira de Polinizadores e o projeto “Conservação e Manejo de Polinizadores para Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica”, a ser submetido ao GEF.

A preocupação com a liberação no meio ambiente de Organismos Geneticamente Modificados levou o MMA a realizar quatro cursos de capacitação em biossegurança de OGMs, envolvendo cerca de 200 fiscais, pesquisadores, professores e agricultores de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Nos últimos três anos, o ministério promoveu a revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, listando 633 espécies, e prepara para o segundo semestre de 2006 o lançamento de um livro com a relação de todas as espécies ameaçadas. Atualmente, está em processo de revisão a “Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção” e, em processo de conclusão, o documento que identifica as Es-



sidade

pécies da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual e Potencial, “Plantas para o Futuro”; o ministério também finaliza o “Mapeamento das Espécies Silvestres, Raças Locais/Varietades Crioulas das Principais Espécies de Plantas Cultivadas no País”. Em 2005, o MMA concluiu o Diagnóstico das Espécies Exóticas Invasoras e realizou o “I Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras”, com a participação de representantes de sete países.

Para aperfeiçoar a gestão do uso da biodiversidade aquática, reformulou-se os princípios e a prática da elaboração das normas de uso dos recursos pesqueiros, garantindo a participação dos usuários em todo o processo. Elaborou-se o Projeto Gestão Integrada da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos da Amazônia – Aquabio, a ser financiado pelo GEF.

Núcleos – Com o Mapeamento dos Rema-

nescentes dos Biomas Brasileiros, o ministério levanta os primeiros dados oficiais sobre a situação atual de cada um dos biomas. O objetivo do estudo é analisar as políticas setoriais e propor alternativas. O monitoramento da biodiversidade é uma ação prevista para ser desenvolvida no âmbito do Projeto Nacional de Transversalização e Priorização da Biodiversidade e Consolidação Institucional, com recursos do GEF, elaborado em parceria entre o MMA e outros ministérios.

A criação de núcleos possibilitou, nos últimos três anos, uma atuação mais direcionada de cada um dos biomas brasileiros. A Caatinga ganhou um núcleo, o Cerrado e o Pantanal formaram outro e o Núcleo Mata Atlântica agregou o Pampa. A divisão resultou na elaboração de um Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado e a instituição de um grupo de trabalho para propor programa semelhante para a Caatinga.

O Núcleo Mata Atlântica e Pampa contabilizou a aprovação do Projeto de Lei da Mata Atlântica, na Câmara dos Deputados, onde tramitava há 11 anos, e a doação do governo alemão, por meio do KfW Group, de 17,69 milhões de Euros para implementação do PDA da Mata Atlântica, destinados a projetos de preservação do bioma. Neste período, o bioma ganhou o Parque Nacional da Serra do Itajaí e duas unidades de conservação em Santa Catarina, a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional das Araucárias. O ministério estuda, ainda, a criação de outras cinco unidades de conservação no Paraná.

O Núcleo de Zona Costeira e Marinha, responsável também pelas ações do MMA no Programa Antártico Brasileiro, lançou a primeira edição e começou a preparar a segunda do Atlas de Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras. Revisada e ampliada, a segunda edição inclui mais 20 mapas das áreas. Em parceria com a National Fish and Wildlife Foundation, que aprovou o repasse de US\$ 36 mil, o núcleo vai intensificar a campanha Conduza Consciente em Ambientes Recifais.





Um plano nacional para reduzir a perda da biodiversidade

O **Plano Nacional de Áreas Protegidas** foi uma das estratégias adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente para reduzir a perda da biodiversidade. O plano começou a ser criado em 2004, a partir de um protocolo de intenções, firmado com mais de 30 organizações não-governamentais de âmbito nacional e internacional, seguido da constituição, em janeiro de 2005, pelo MMA, de um grupo de trabalho com ampla participação da sociedade civil.

O PNAP tem o objetivo de estabelecer, até 2015, um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, garantindo o acesso e a repartição justa e equitativa de custos e benefícios advindos da conservação da natureza, enfocando prioritariamente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as terras indígenas e as terras de quilombos. Ele contempla ainda o estabelecimento e a consolidação de áreas naturais com reconhecimento internacional, como as Reservas da Biosfera,

os Sítios do Patrimônio Mundial Natural e os Sítios Ramsar. Em 2004, foi criado o Fórum Nacional de Áreas Protegidas, uma instância de diálogo permanente entre o governo e a sociedade, viabilizando o controle social sobre as políticas públicas para as áreas protegidas.

Em 2005, foi elaborado o projeto de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade em terras indígenas, por um grupo de trabalho interministerial composto pelo MMA, Ibama, Funai e representantes de organizações indígenas. Essa proposta foi endossada pelo governo brasileiro e encaminhada ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) para financiamento.

O PNAP tem o objetivo

de estabelecer, até 2015,
um sistema abrangente de
áreas protegidas, ecologicamente
representativo e efetivamente
manejado.

Governo cria 15,5 milhões de hectares de unidades de conservação

O governo brasileiro desenvolveu, nos últimos três anos, uma campanha contínua de criação de unidades de conservação, atingindo, em fevereiro de 2006, a marca da proteção de cerca de 15,5 milhões de hectares em 39 novas unidades de conservação, assim divididas: três estações ecológicas, sete parques nacionais, 12 florestas nacionais, 16 reservas extrativistas e uma área de proteção ambiental, em todos os biomas. Esse montante representa uma ampliação de aproximadamente 30% em relação à área protegida do país até 2002.

O sistema federal de unidades de conservação abrange, atualmente, cerca de 64 milhões de hectares em 274 unidades de conservação (UCs), mas outras 100 UCs, somando cerca de 14 milhões de hectares, encontram-se em processo de criação. Dentre elas, merecem especial destaque as unidades propostas para a proteção dos últimos remanescentes de floresta ombrófila mista (floresta com araucárias) no estado do Paraná, a ampliação da área sob proteção na mata atlântica do sul da Bahia e as unidades propostas no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco.

Corredores ecológicos – O Ministério do Meio Ambiente está investindo cerca de R\$ 90 milhões na conservação dos recursos naturais, restauração ambiental, fiscalização e monitoramento de dois corredores: o Corredor Central da Mata Atlântica, nos estados da Bahia e Espírito Santo, com 8,5 milhões de hectares, e o Corredor Central da Amazônia, no Amazonas, com 42 milhões de hectares. Os recursos são provenientes de doações do governo da Alemanha, por meio do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), do Fundo Fiduciário para Proteção

das Florestas Tropicais (RFT), operado pelo Banco Mundial, da Comunidade Européia, do Governo Federal e dos estados envolvidos no projeto.

Amazônia terá 50 milhões de hectares protegidos

Em dez anos, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) protegerá 50 milhões de hectares, criando e implementando unidades de conservação (UCs) de proteção integral e uso sustentável, e consolidando UCs de proteção integral. Serão 37,5 milhões de hectares de novas UCs. Já foram criados 17,5 milhões de hectares de UCs federais e estaduais desde 2000. Serão consolidados outros 12,5 milhões de hectares de UCs federais de proteção integral existentes antes de 2000. Para isso, o Arpa envolverá US\$ 395 milhões em dez anos. Atualmente, o governo brasileiro, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, por meio do Banco Mundial), o banco alemão KfW e o WWF-Brasil já investem US\$ 81,5 milhões. As prioridades são estabelecidas por meio de um arranjo participativo, com base em informações científicas geradas pelo Mapa de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, por um Painel Científico de Aconselhamento e pela cooperação técnica com parceiros como WWF-Brasil e GTZ. O Arpa também traz duas inovações importantes: a administração dos recursos dos doadores pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), que os emprega com agilidade, flexibilidade e segurança, conforme decidido pelas instâncias do programa, e a criação do Fundo de Áreas Protegidas (FAP), cujos rendimentos serão aplicados na manutenção das UCs em longo prazo.

Experiências i políticas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

As experiências bem-sucedidas desenvolvidas pelo Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), coordenadas pelo MMA, subsidiaram o governo para a criação do Plano Amazônia Sustentável – PAS e Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 – Cuiabá–Santarém (Plano BR-163 Sustentável), além de outras políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A construção do Plano BR-163 Sustentável, nos marcos do Plano Amazônia Sustentável, levou o Ministério do Meio Ambiente a apoiar e participar da coordenação de 16 consultas públicas, envolvendo mais de três mil pessoas dos três estados e 71 municípios da região.

O PPG7 tem, atualmente, 15 projetos em execução (veja quadro). Por meio do monitoramento e análise de seus resultados, o PPG7 gerou subsídios para políticas públicas de uso e conservação das florestas tropicais do Brasil. Ele garantiu a realização de experiências práticas em escala-piloto de desenvolvimento sustentável, além de debates, seminários e workshops e a publicação de mais de uma centena de textos sobre as suas experiências. Entre as experiên-



Projetos em execução no PPG7

Experimentação e demonstração para promover experiências inovadoras entre comunidades locais e órgãos governamentais, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental (PDA, Promanejo, ProVárzea e Proteger).

Conservação de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) através da proteção e do manejo de recursos naturais, envolvendo a participação de comunidades tradicionais e outras populações locais (Resex, PPTAL, PDPI e Corredores Ecológicos).

Fortalecimento institucional para capacitar instituições públicas na formulação e implementação de políticas ambientais mais efetivas, sob a ótica da gestão compartilhada e em cooperação com o Ministério Público, organizações da sociedade civil e setor privado (SPRN e outros como o ProVárzea). Também abrange apoio a três redes de entidades da sociedade civil: Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Mata Atlântica e o Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163.

Pesquisa científica para promover a geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes à conservação e ao desenvolvimento das florestas tropicais (Subprograma de Ciência e Tecnologia, por meio do componente Centros de Ciência e Pesquisa Dirigida).

Lições e disseminação para tirar conclusões e divulgar amplamente as lições aprendidas com o programa, principalmente no intuito de influenciar políticas públicas (Projeto AMA).

cias práticas, merece destaque a criação de dois instrumentos de acompanhamento da evolução do desmatamento na Amazônia: o Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais, em fase de ampliação do Mato Grosso para o resto da Amazônia, e o Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia (BCDAM), que reúne 83 instituições governamentais e não-governamentais brasileiras. O BCDAM foi criado para facilitar o acesso e o compartilhamento de informações sobre a Amazônia, fazendo parte da estrutura do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima). Com base nesses dados, foram criados o Sistema Georeferenciado de Projetos na Amazônia (Sigam) e o Sistema de Georeferenciamento de Programas (Sigepro), ambos acessíveis ao público por meio da rede mundial de computadores e de software livre. Além de organizar e disponibilizar as informações, eles permitem cruzar dados e integrar informações sobre indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Atualmente, a Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA coordena um processo participativo de construção do programa que irá suceder ao PPG7, com base nas suas experiências, nas análises realizadas para a elaboração do PAS e de outras políticas públicas. O novo programa também se baseia em consultas feitas aos diversos atores governamentais, não-governamentais e do setor privado da região, além de doadores do PPG7. O processo será concluído ainda em 2006. O Programa Amazônia servirá, nos próximos 10 anos, de apoio a ações estratégicas de implementação do PAS, com vistas à promoção de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, orientado pelas questões socioambientais.

O Plano Amazônia Sustentável

Lançado em 2003, pelo presidente Lula e os sete governadores da região Norte, o PAS propõe uma política inovadora de desenvolvimento regional com base em um diagnóstico do seu desenvolvimento nas últimas décadas (uso dos recursos naturais, processos sociais etc.) e nos conceitos de regionalização e territorialização das políticas públicas. Desta forma, as políticas propostas estarão adequadas ao diagnóstico da situação histórica e atual destes espaços territoriais e ao seu potencial natural. O Governo Federal aprimorou e detalhou a proposta e tem uma nova versão do PAS que será submetida a uma rodada de consultas públicas em 2006. O MMA exerce sua secretaria-executiva.

BR-163 Sustentável é

A **primeira intervenção** do Governo Federal na Amazônia com base nos princípios do PAS foi o Plano BR-163 Sustentável. A rodovia, no trecho entre Santarém e Cuiabá, atravessa uma das áreas de maior potencial econômico e diversidade social e biológica do bioma. Sua pavimentação foi orçada em R\$ 1,1 bilhão. A simples expectativa da pavimentação fez com que o desmatamento aumentasse em até 500% ao ano em alguns municípios, como em Novo Progresso, no Pará.

A grilagem de terras e a expulsão de populações tradicionais foram outros dos problemas que assumiram proporções mais graves a partir do anúncio da obra. O plano foi desenhado para promover o desenvolvimento sustentável e evitar os impactos negativos dos processos que historicamente acompanham a pavimentação de estradas na Amazônia. Ele é composto por um conjunto de ações de 21 ministérios e órgãos federais, definidas a partir de prioridades estabelecidas em parceria com governos estaduais, municipais e a sociedade.

A BR-163 tem 1.764 km, cerca de 800 deles já asfaltados. Parte da sua área de influência é coberta pelo Cerrado e parte pela Amazônia. Nela encontram-se três bacias hidrográficas: Amazonas, Teles Pires/Tabajós e Xingu. Das riquezas naturais que existem na região dependem comunidades tradicionais, populações urbanas e rurais e mais de 30 povos indígenas. Cerca de 2 milhões de pessoas vivem na área de influência do plano. No centro-norte do Mato Grosso também se situa um dos pólos agrícolas mais produtivos do país, com destaque para a produção de soja.

O Plano BR-163 Sustentável foi feito com o objetivo de fortalecer políticas de gestão associadas à criação e implementação de áreas protegidas, à viabilização de oportunidades econômicas em bases sustentáveis e à consolidação de políticas de monitoramento e controle ambiental para coibir a degradação dos recursos naturais. Antes mesmo do seu

modelo para o país

lançamento, o plano já apresenta avanços importantes nas áreas de ordenamento territorial, gestão ambiental, inclusão social e fomento à produção sustentável.

Mais de 50 ações já foram implementadas, muitas delas em parceria com os governos estaduais. O grupo interministerial responsável pelo Plano BR-163 Sustentável começou a trabalhar em março de 2004 com o objetivo de buscar uma solução estrutural para o grave quadro de conflitos fundiários e de degradação ambiental e social da região. O Ministério do Meio Ambiente instalou seis bases do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região. Foram instalados sistemas para monitorar o desmatamento na Amazônia. Ações conjuntas do Ibama, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e Ministério da Defesa foram desenvolvidas para fiscalizar a exploração e o transporte de produtos madeireiros, coibindo ilegalidades.

Medidas semelhantes foram feitas em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para combater o desmatamento no Parque do Xingu e nas terras indígenas Kaiabi, Baú e Menkrangnoti. A região também foi beneficiada com a criação de 10,6 milhões de hectares em Unidades de Conservação (UCs): 7 de uso sustentável e 5 de proteção integral, sendo que uma sexta foi ampliada. Desse total, 6,8 milhões de hectares estavam na Área de Limitação Administrativa Provisória, no sudoeste do Pará, instituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro de 2005, com 8,2 milhões de hectares. Outras UCs foram criadas pelo governo do Amazonas com o apoio do Governo Federal.

Na parte de infra-estrutura, o Ministério dos Transportes investiu R\$ 40 milhões entre 2005

e 2006 na manutenção das BR-163 e BR-230, a Transamazônica. O Ministério de Minas e Energia fez a ligação de mil novos domicílios à rede de energia elétrica, no Programa Luz para Todos. O Ministério da Integração Nacional destinou R\$ 5 milhões na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico de toda a área de influência da BR-163, em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, IBGE e outros órgãos. Ainda foram criados instrumentos para viabilizar o ordenamento fundiário no local, por iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Foi também criada a Superintendência Regional do Incra em Satarém, com recuperação de prédios, da frota de veículos e aquisição de computadores. A sede do órgão em Altamira recebeu melhorias.

Operações foram desencadeadas pela Polícia Federal para desarticular quadrilhas especializadas em grilagem de terras públicas com a detenção de várias pessoas, inclusive autoridades e funcionários públicos, para averiguação e apuração de responsabilidades. Cerca de 1,4 milhão de hectares de terras públicas federais da área de limitação provisória foram destinadas à consolidação e expansão da agropecuária e 2,06 milhões de hectares ao garimpo e mineração. Dentre as medidas adotadas para estimular as atividades produtivas, estão a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, o lançamento de edital para seleção de projetos no Mato Grosso e Pará, com previsão de R\$ 3,6 milhões em recursos, para o programa Alternativas ao Desmatamento e Queimada e a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, política de incentivo à produção florestal sustentável na região e estratégia de agregação de valor aos produtos.

Ações para a promoção da cidadania também foram desenvolvidas. O Ministério do Desenvolvimento Social ampliou o atendimento do Bolsa Família no local e também incluiu novos municípios no programa. O mesmo aconteceu com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O Ministério do Trabalho e a Polícia Federal promoveram atividades conjuntas para combater o trabalho escravo. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) atendeu 6,5 milhões de estudantes, abrangendo alfabetização, ensino de 1ª a 4ª séries e escolarização de jovens e adultos.



Políticas sustentáveis integram setores produtivos

Para promover o desenvolvimento sustentável, o MMA articulou, por meio da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de iniciativas que apoiaram a elaboração e implantação de projetos em diversas áreas. Nos últimos três anos, os órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) e os ministérios públicos estaduais da Amazônia Legal receberam R\$ 15 milhões para a implantação de 19 projetos. Já para os órgãos de gestão municipal foram destinados R\$ 9 milhões para a realização de 43 projetos conveniados. Na atual gestão, o ministério investiu R\$ 75,5 milhões para o financiamento de 1.552 projetos socioambientais de inclusão produtiva. As ações beneficiaram cerca de 110 mil famílias em comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e demais agricultores familiares. Só os projetos de assistência técnica de extensão rural sustentável beneficiaram mais de 10 mil famílias.

O MMA também está trabalhando na elaboração de uma proposta para criação de um pacote viabilizando o uso de instrumentos econômicos, como a universalização do Protocolo Verde para os bancos privados, além dos bancos oficiais; a revisão da lei nº 8.666, possibilitando as compras verdes pelos órgãos públicos e a redução de tributos sobre bens ambientais. O ministério também realizou campanhas para promover o consumo sustentável. Nestes três anos, a elaboração de pro-



Nestes três anos,

a elaboração de projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) no território nacional saltou de 11% para 22%, com previsão de atingir 30% no final do ano.

jetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) no território nacional saltou de 11% para 22%, com previsão de atingir 30% no final do ano. Além disso, o governo concluiu uma proposta de macrozoneamento da Amazônia Legal integrando os ZEEs dos estados da região.

As ações do ministério voltadas para as populações tradicionais somaram 1.538 projetos, 107.797 famílias beneficiadas e cerca de R\$ 68 milhões investidos nas cinco regiões do Brasil, abrangendo os biomas Floresta Amazônica, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Programa Fome Zero, foram articuladas ações para promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, totalizando R\$ 20,5 milhões.

Com o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), o MMA atendeu a 3.600 famílias, beneficiando 1.756 com financiamentos para transição agroecológica. O programa implantou 11 pólos pioneiros em nove estados da Amazônia Legal, onde desenvolve um novo modelo de assistência técnica e extensão rural.

O Programa de Gestão Ambiental Rural (Gestar), criado para melhorar a qualidade de vida das populações rurais, foi implantado em oito territórios, distribuídos em 86 municípios nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará. As parcerias com os ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Minas e Energia, além da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), possibilitaram capacitar e equipar as comunidades

rurais para a execução de projetos produtivos sustentáveis.

Na área de ecoturismo, o ministério deu continuidade e agilidade aos dois programas de governo existentes: o Programa Nacional de Turismo e o Proecotur, direcionado à Amazônia Legal.

Agenda 21 nas áreas prioritárias

O Programa Agenda 21 direcionou, nesses três anos, suas ações de apoio ao desenvolvimento local sustentável para as áreas prioritárias do governo, em especial no âmbito do Plano BR-163 Sustentável e no Programa de Revitalização do São Francisco. Atualmente, o cadastro do MMA apresenta 678 processos de construção e implementação de Agendas 21 Locais, tanto em nível municipal quanto regional, dentre os quais aproximadamente 100, que envolvem 151 municípios, contam com o apoio técnico e financeiro do MMA, a maioria por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Os demais processos envolvem outras iniciativas relacionadas com a Agenda 21, como atividades de sensibilização da comunidade.

Para otimizar recursos e resultados, o Programa Agenda 21 trabalha, também, em parceria com diferentes programas do MMA e outros ministérios. A ação de formação de multiplicadores em Agenda 21 Local é outro importante foco de atuação. Em 2004 e 2005, o programa formou, aproximadamente, 1.200 multiplicadores nas diversas regiões brasileiras. Em 2003, o Programa Agenda 21, em parceria com o Programa Salto para o Futuro/MEC, atingiu 11.000 educadores da rede pública.

O Programa Agenda 21 trabalha com as diretrizes do planejamento estratégico, descentralizado e participativo para estabelecer prioridades a serem definidas e executadas pela parceria governo-sociedade. O foco principal do programa é o desenvolvimento local sustentável, entendido como um conjunto de ações, buscando a melhoria sustentável da qualidade de vida das comunidades.

Contra a po e o efe



Na luta contra a poluição, o MMA priorizou nesta gestão programas e iniciativas para reduzir as emissões de gases, os impactos causados pela disposição inadequada de resíduos e a contaminação dos riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas. A elaboração e implantação das iniciativas foram precedidas de reuniões com os diversos setores do governo e da sociedade e de cursos de capacitação.

Em 2004, o governo lançou o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2). A implementação do plano envolve a articulação de diversos setores do Governo Federal, administrações estaduais e municipais e setor privado para mapear as áreas

Em 2004,

o governo lançou o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).

de risco e definir os roteiros para elaboração de Planos de Ação de Emergência (PAEs) federal e estaduais, entre outros. O ministério, por meio do Ibama, também iniciou um programa de capacitação de agentes de controle e fiscalização na aplicação do atendimento a emergências químicas.

Na esfera internacional, o MMA avançou no cumprimento das normas estabelecidas nas convenções ratificadas pelo Brasil. Quanto à Convenção de Basiléia, sobre o controle de movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos e seu depósito, estão em andamento as discussões relativas ao desmanche de navios, destino final dos telefones celulares, tráfico ilegal de resíduos e destinação dos resíduos dos poluentes orgânicos persistentes.

No caso da Convenção de Estocolmo, sobre os poluentes orgânicos persistentes (POPs), foi firmado um convênio com a Cetesb para implantação de um laboratório de análise de dioxinas e furanos, com conclusão prevista para agosto deste ano. Em outubro de 2005, o ministério promoveu um seminário internacional para divulgar e discutir os aspectos de implementação da Convenção de Roterdã, que trata do comércio internacional de substâncias químicas e agrotóxicos perigosos (PIC).

No final de 2005, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) aprovou o anteprojeto de lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A proposta, além de diminuir o consumo dos recursos naturais, prevê a abertura de novos mercados de trabalho, gerando emprego e renda. Ainda na área de resíduos, os ministérios do Meio Ambiente e das Cidades desenvolveram o Projeto para Aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) na Redução de Emissões em Aterros de Resíduos Sólidos, financiado pelo Banco Mundial. O objetivo é promover a eliminação dos lixões e a inclusão social dos catadores no processo de gerenciamento de resíduos sólidos. No ano passado, por meio de edital, 30 municípios foram selecionados para participar do projeto.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente também aprovou a resolução que trata da gestão externa dos resíduos dos serviços de saúde e está revisando a resolução sobre a destinação de pneus inservíveis. No caso dos pneus, o Brasil tem tomado medidas

Poluição do litoral estufa

no plano interno para garantir a proibição da importação dos pneus usados. Paralelamente, o governo brasileiro defende na Organização Mundial do Comércio a proibição da importação de pneus usados questionada pela União Européia.

Mudanças climáticas – A Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA) coordena o Grupo de Trabalho de Mudança do Clima que, entre outras ações, tem promovido debates com especialistas de forma a identificar meios de apoio da Convenção sobre Mudança do Clima às iniciativas de redução de emissões provenientes do desmatamento.

O MMA participa, também, da análise de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, responsável pela aprovação desses projetos no que tange à sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do país. Até janeiro de 2006, foram aprovados 49 projetos, com uma previsão de emissões evitadas equivalentes a 13.685.154 toneladas de CO₂ por ano. Em fevereiro de 2006, o Brasil tinha registrado no Conselho Executivo do MDL 16 projetos, num total de 108, o que corresponde a 15% do total de projetos registrados em todo o mundo, superado somente pela Índia (25%).

Com a implantação do Plano Nacional de Eliminação de CFC (clorofluorcarbonetos, gases utilizados em equipamentos de refrigeração antigos que danificam a camada de ozônio), o ministério, em parceria com o Senai e a agência alemã GTZ, treinou mais de 5 mil refrigeristas para fazer os reparos nos equipamentos sem liberar os gases. Por meio do PNUD, o MMA

forneceu 99 máquinas recolhedoras e prevê, para este ano, a entrega de mais 236. Desde o fim da produção de CFCs no Brasil, em 1999, a fabricação e o uso desses gases foram reduzidos em 82%. Em 2005, o uso foi de menos de duas mil toneladas.

Na costa e no mar – Nos últimos três anos foram consolidados um conjunto de medidas e projetos dirigidos à inserção de mecanismos de gestão ambiental nas atividades de planejamento urbano, atividades portuárias e marítimas. O Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (Gercom) coordenou e concluiu o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee), com um vasto estudo sobre os estoques marinhos e avaliação do potencial da pesca em águas brasileiras. Por meio do Projeto Orla, publicou estudos para orientar gestores locais e estaduais no compartilhamento de responsabilidades na gestão do uso e ocupação do litoral brasileiro, especialmente em áreas sob domínio da União.

Em parceria com outras instituições públicas e privadas, o ministério desenvolveu as Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo (Cartas SAO) e lançou o Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das Bacias do Ceará e Potiguar. Os trabalhos são instrumentos voltados ao planejamento de contingência e, no caso de acidentes com poluição por óleo, para avaliação de danos e combate ao derramamento.

O MMA também participou das negociações para aprovação do texto da Convenção Internacional sobre Controle e Gestão de Água de Lastro e Sedimentos de Navios pelo Brasil. Ainda nesta área, apoiou a elaboração das Agendas Ambientais Portuárias Locais e a implementação do curso “Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil”, atendendo a uma demanda dos gestores portuários, terminais e operadores privados, órgãos ambientais e de controle estadual e municipal.





FNMA libera recursos para 573 projetos

O **Fundo Nacional do Meio Ambiente** (FNMA) foi o principal agente de fomento das ações do Ministério do Meio Ambiente na gestão 2003-2005. Com uma previsão orçamentária de R\$ 196.883.389,00, o fundo apoiou 19 programas e construiu uma carteira com 573 projetos, atualmente em execução, direcionados a questões relativas a Água e Floresta, Conservação e Manejo da Biodiversidade, Planejamento e Gestão Territorial, Qualidade Ambiental, Sociedades Sustentáveis e Gestão Pesqueira Compartilhada (veja quadro).

A inclusão das questões ambientais nas agendas públicas e ações desenvolvidas por outros ministérios ampliou e consolidou a atuação do FNMA como um dos principais gestores de recursos na agenda de políticas de repasse do governo. Neste sentido, o fundo viabilizou o

financiamento de projetos desenvolvidos em parcerias estabelecidas entre o MMA, por meio de suas secretarias, e os ministérios do Desenvolvimento Agrário, Saúde e Integração Nacional. No total, foram disponibilizados R\$ 72.899.000,00 para apoiar projetos de capacitação de agricultores familiares, elaborar e implementar a Agenda 21, planos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na bacia do Rio São Francisco e de proteção e recuperação de nascentes, além do Programa de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais (P2R2).

Carteira

Núcleos temáticos	Número de projetos
Água e floresta	170
Sociedades sustentáveis	56
Conservação e manejo da biodiversidade	73
Qualidade ambiental	115
Planejamento e gestão territorial	150
Gestão pesqueira e compartilhada	9

Em 2005, o FNMA lançou um edital – Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Fundos Socioambientais Públicos – para apoiar, incentivar e fortalecer a atuação dos fundos estaduais e municipais de meio ambiente, incorporando em suas estratégias maior controle social e transparência na prestação de contas. A partir desta iniciativa, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do FNMA, pretende criar uma Rede Brasileira de Fundos Socioambientais.

Foi a partir desta gestão que o Fundo Nacional do Meio Ambiente instituiu os editais incentivando a apresentação de iniciativas espontâneas. Dos 573 projetos apoiados pelo fundo e em fase de implantação, 130 foram propostos por organizações não-governamentais e instituições públicas.

Na área de Água e Floresta, o FNMA contabilizou a contratação de 50 instituições, atendendo a 1.143 municípios, 13.800 produtores rurais e assentados e 2.360 técnicos extensionistas. A expectativa é garantir a esses agricultores o acesso ao crédito do Pronaf Florestal, gerando emprego e renda a partir das atividades florestais. Em fevereiro de 2006, o FNMA lançou um edital destinando R\$ 16 milhões, do Programa Nacional de Florestas, para capacitação de 500 agentes multiplicadores e três mil produtores entre 2006 e 2009.

Já nos Núcleos Sociedades Sustentáveis foram conveniados, nos últimos três anos, 56 projetos, sendo que 48 ainda continuam em execução, com recursos empenhados na ordem de R\$ 8.474.633,00 abordando a cons-

trução de agendas ambientais locais, regionais, institucionais e comunitárias com foco na proteção e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais e indígenas.

O Núcleo de Qualidade Ambiental do FNMA está apoiando a implementação de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos e Aterros Sanitários em 128 municípios, com intervenção na Política de Saneamento Ambiental e de Saúde Pública de mais de 750 mil pessoas.



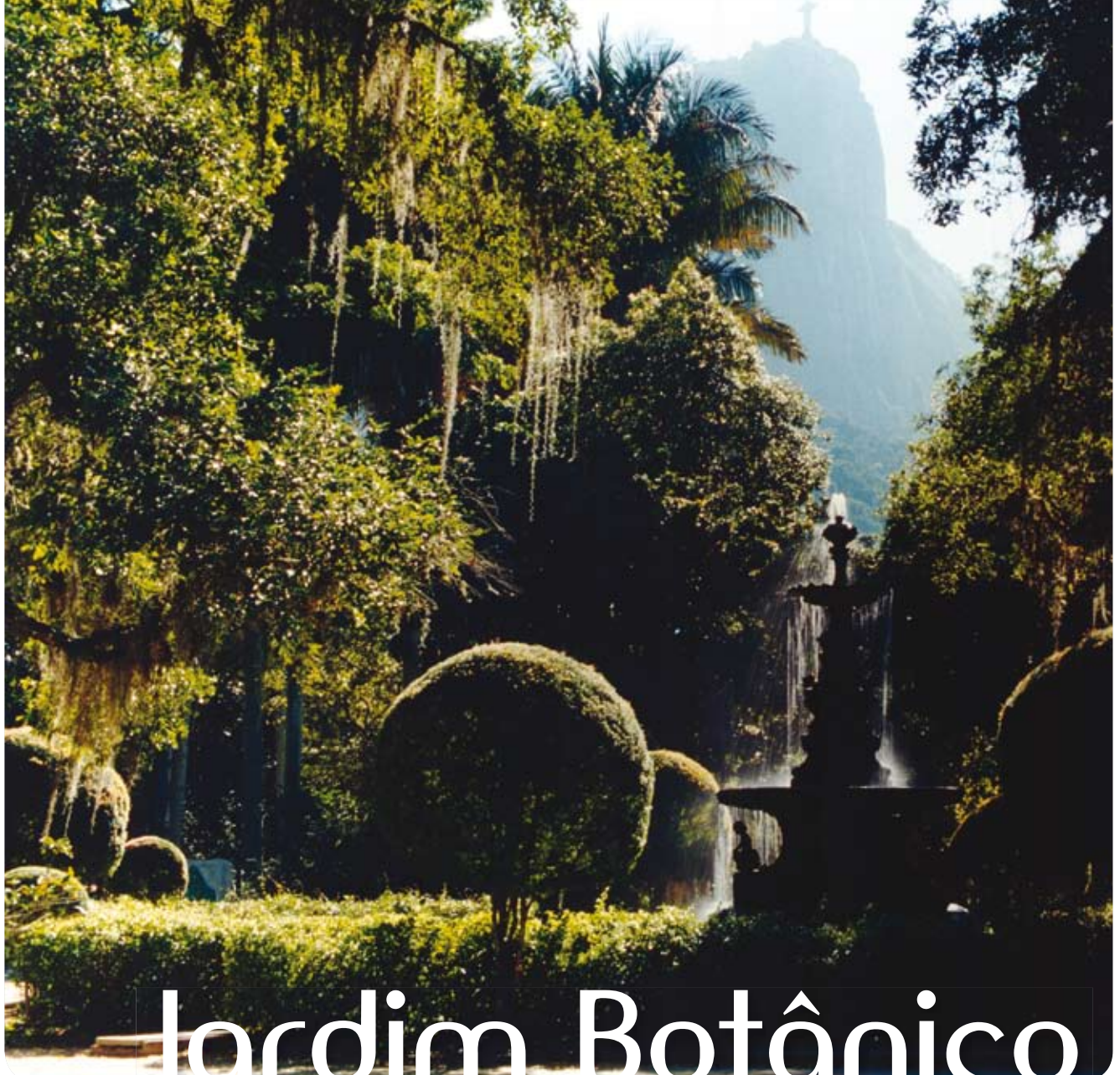
Os projetos financiados pelo Núcleo Gestão Pesqueira Compartilhada beneficiaram mais de 50 comunidades de pescadores, em nove estados. Os projetos objetivaram, prioritariamente, a integração das atividades, implementando estratégias para a gestão e uso dos recursos pesqueiros.

No Núcleo Conservação e Manejo da Biodiversidade, 69 projetos estão em andamento com empenho orçamentário de R\$ 3.750.363,00, sendo 19 no bioma Mata Atlântica, 14 no Cerrado, 14 na Amazônia, 12 na Caatinga, cinco na Zona Costeira, quatro nos Campos Sulinos e um em três outros biomas.

O Núcleo Planejamento e Gestão Territorial apoiou 108 projetos, orçados em R\$ 20.002.430,00. Desses projetos, 77 são para a elaboração de Agendas 21 Locais e 31 para apoio às administrações locais como forma de fortalecimento do Sisnama.

A inclusão das questões

ambientais nas agendas públicas e ações desenvolvidas por outros ministérios ampliou e consolidou a atuação do fundo como um dos principais gestores de recursos na agenda de políticas de repasse ao governo.



Jardim Botânico

do Rio de Janeiro revitaliza área verde e fortalece pesquisa

Os investimentos nas parcerias e nos projetos de pesquisa científica revitalizaram o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nos últimos três anos, o instituto recebeu do setor privado investimentos que ultrapassaram os R\$ 6 milhões. Os recursos permitiram a inauguração do Laboratório de Biologia Molecular, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Banco de DNA da Flora Brasileira, o primeiro da América Latina, patrocinado pela Aliança Brasil, que ficou entre os quatro finalistas do World Technology Award.

Com a Petrobras, a parceria viabilizou a implementação do projeto de informatização do Herbário, orçado em R\$ 1,4 milhão, cujo objetivo é disponibilizar informações sobre a flora brasileira na internet. A Fundação Vitae e o BNDES destinaram cerca de R\$ 200 mil para informatizar o acervo da Biblioteca Barbosa Rodrigues e para a conservação de obras raras. A International Conservation patrocinou o projeto de estudo das bromélias da Mata Atlântica, orçado em R\$ 500 mil, e a Finep investiu R\$ 300 mil no projeto de modernização dos laboratórios.

Outras parcerias possibilitaram a reforma e restauração dos patrimônios histórico-culturais do instituto, como a Estufa do Mestre Valentim e das Plantas Insetívoras, o Portal da Aca-



demia de Belas Artes, o Aqueduto da Levada e o Chafariz Central. A restauração do Jardim Sensorial, destinado aos portadores de necessidades especiais (cegos), e a revitalização do Roseiral também foram beneficiados com investimentos da iniciativa privada.

A atual administração implementou, ainda, projetos culturais, como a criação do Centro de Cultura e Meio Ambiente Tom Jobim, com espaço para teatro e exposições, reformou o Jardim de Plantas Medicinais, inaugurou o Jardim Bíblico e instalou a Unidade de Trituração de Lixo e Compostagem.

Nos últimos três anos, a Escola Nacional de Botânica Tropical implantou a área de extensão para cursos de especialização na área ambiental e disponibilizou cursos de pós-graduação, mestrado/doutorado. Já o Laboratório Social desenvolveu o Programa Educação e Trabalho, com o objetivo de capacitar em jardinagem e inclusão digital jovens de comunidades populares.

Por meio de emendas parlamentares, o Jardim Botânico também obteve recursos

para financiar obras de reformas no Bromeliário, no Cactário e no Centro de Visitantes. Com projetos de educação ambiental focados na Formação de Multiplicadores para Visitação, Divulgação Científica e Educação para Gestão Ambiental, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro atraiu um público de 75.000 pessoas no período de 2003 a 2005.



Nos últimos três anos,

o instituto de pesquisas recebeu do setor privado investimentos que ultrapassaram os R\$ 6 milhões.

Desde de julho de 2003, quando o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação instalaram o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), iniciou-se uma nova fase na consolidação da educação ambiental no Brasil. A instalação do Órgão Gestor permitiu ao governo iniciar a implementação da Lei Federal nº 9.795, de 1999, que institui a PNEA. Já em 2004, o Órgão Gestor da PNEA realizou uma consulta pública para a definição do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), documento que estabelece as diretrizes, a missão e as linhas de ação para o planejamento, gestão, formação, avaliação e comunicação ambiental, mobilizando mais de 800 educadores ambientais de várias regiões do país.

Por intermédio do Programa de Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil, o MMA iniciou os trabalhos do Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental, órgão colegiado que reúne 13 entidades de grande representatividade no Brasil e fortaleceu as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, presentes atualmente em 22 estados, sempre mantendo o diálogo com as Redes de Educação Ambiental.

Em 2004, o Órgão Gestor

do PNEA realizou uma consulta pública para a definição do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), mobilizando mais de 800 educadores ambientais de várias regiões do país.



Educação ambie

No âmbito local, o ministério desenvolveu o Programa Municípios Educadores Sustentáveis, que consiste na criação de processos e estruturas educadoras orientadas para a cultura da sustentabilidade, com a adesão de 68 municípios em São Paulo e 34 no Paraná. Outros 19 municípios trabalham, atualmente, na implantação do programa. Ainda no âmbito local, foi implantado o Projeto Sala Verde, um embrião de Centro de Educação Ambiental orientado para a informação e ação cidadã, que conta com 165 salas atuantes nas cinco regiões do país. Outra iniciativa são os “Viveiros Educadores”, que têm como objetivo aproveitar a criação de mudas de plantas nativas dos biomas brasileiros, contribuindo com a segurança alimentar e com a recuperação da biodiversidade no país.

O Ministério do Meio Ambiente criou, ainda, o Programa de Formação de Educadores Ambientais, para auxiliar a democratização da formação de educadores ambientais populares, desenvolvido a partir de uma estrutura denominada “Coletivo Educador”. A formação de educadores ambientais foi inserida nos Programas de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, Pan-



ntal começa uma nova fase

tanal, de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama, e de Formação de Analistas Ambientais do MMA, além do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163.

Com o Programa de Educomunicação Socioambiental, o MMA estimula a aliança entre o comunicador e o educador ambiental, para que a comunicação ambiental adquira um caráter educativo. Para dar visibilidade às ações públicas de conscientização desenvolvidas, o ministério reformulou o Sistema Brasileiro sobre Informação Ambiental e está criando, em parceria com a Rede Brasileira de Educação Ambiental, um portal na internet para transmissão de programas audiovisuais. Além disso, incentivar a produção popular de programas para rádio e televisão, por meio de seleção pública de programas pré-elaborados.

A nova fase da educação ambiental no Brasil prevê também o fortalecimento das relações internacionais. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente trabalha na criação de um novo circuito de intercâmbio, envolvendo os países de língua portuguesa, além de participar do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental e do Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental.



Crianças brasileiras assumem compromisso com sociedade mais justa e sustentável

Não é só adulto que discute temas aparentemente complexos, como o Protocolo de Quioto ou a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Na II Conferência Nacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente (II CNIJ-MA), realizada entre os dias 23 e 28 de abril, em Luziânia, município de Goiás, 602 crianças e adolescentes debateram uma série de acordos multilaterais, dos quais o Brasil é signatário, e produziram um documento inédito: “Carta das Responsabilidades – Vamos cuidar do Brasil”. O documento foi entregue ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aos ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Educação, Fernando Haddad. A “Carta das Responsabilidades” alinha os compromissos assumidos pelos jovens na construção de uma sociedade justa e sustentável.

No documento, os jovens assumiram o compromisso de divulgar e ampliar conhecimentos por meio da educação ambiental e de proteger e



valorizar a biodiversidade. Ainda se comprometeram a transformar cidades, comunidades e escolas em espaços ambientalmente saudáveis, a diminuir a produção de lixo e a adotar ações que ajudem a reduzir a emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global. Também incluíram na carta as responsabilidades de prevenir desmatamentos e queimadas, respeitar e valorizar a diversidade cultural, consumir produtos naturais e orgânicos e incorporar os conhecimentos tradicionais na rotina alimentar. O conteúdo do



documento foi adaptado pelas próprias crianças às linguagens de jornal, televisão, rádio, à linguagem publicitária e de hip-hop.

O debate reuniu alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, jovens de comunidades quilombolas, indígenas, de assentamentos rurais e de grupos de meninos e meninas em situação de risco. Orientados por 85 jovens facilitadores, 17 deles



de países da América Latina, os 602 delegados discutiram questões relativas à biodiversidade, segurança alimentar e nutricional, mudanças climáticas e diversidade étnico-racial. A preparação para o evento começou em agosto de 2005, com a distribuição da cartilha Passo-a-Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola. A partir de então, eventos locais e regionais foram realizados. Os delegados foram eleitos e 11.475 responsabilidades foram escolhidas pelas crianças e adolescentes na fase preparatória. A carta, resultado final da conferência, consolidou todo o processo.

A dinâmica de trabalho da II CNIJMA foi ágil. As crianças e adolescentes, organizados em grupo, deliberaram sobre os temas do evento. As reuniões foram intercaladas por atividades lúdicas. *Clowns* receberam os delegados no aeroporto. Brincadeiras e contadores de histórias tomaram conta dos almoços e jantares. As experiências de comunidades indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais, caçaras, ribeirinhos e de meninos e meninas em situação de risco foram compartilhadas. Apresentações artísticas, expressando peculiaridades culturais das diferentes regiões do país, também fizeram parte da programação.

Assim foi criado o ambiente para que as crianças elaborassem o documento final, inspirado na Carta das Responsabilidades Humanas, feita pela rede mundial Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, que reúne 120 países, entre eles, o Brasil. A II CNIJMA encerrou com uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios até o Palácio do Planalto. Os jovens foram acompanhados durante todo o trajeto pela ministra Marina Silva e seus secretários.

Além de trazer para o cotidiano do público infanto-juvenil o conteúdo de acordos internacionais firmados pelo Brasil, como a CDB, a conferência, nesta segunda edição, consolidou-se como instrumento para estimular a participação social nas decisões importantes do país.

O evento é produto de uma parceria entre os ministérios do Meio Ambiente, Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Fundação Nacional do Índio (Funai), da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, da cooperação alemã GTZ, do Sesc do Distrito Federal, da Universidade de Brasília (UnB) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). “Vou voltar para meu estado, município e comunidade com a cabeça erguida, pois eu dei o melhor de mim em todas as atividades”, resumiu um representante da delegação de Alagoas, em avaliação publicada no relatório final da II CNIJMA. “E se eu deixei algo pendente, vou realizar em minha comunidade, escola, ou seja, tudo serviu como experiência e aprendizagem e agora posso dizer com todas e completas palavras: eu sou um jovem ambientalista”.



Sociedade discute política ambiental

Com a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2003 e 2005, o Ministério do Meio Ambiente atendeu a uma reivindicação de ambientalistas de todo o Brasil, seringueiros e povos da floresta que, já em 1985, lutavam por uma participação maior na definição da política ambiental do país. Na primeira conferência, o ministério mobilizou mais de 65 mil pessoas. Desse total, cerca de 35 mil participaram dos encontros preparatórios, as pré-conferências nacionais e/ou conferências estaduais, com foco no tema central “Vamos Cuidar do Brasil: Fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)”.

O primeiro encontro debateu 4.151 propostas vindas de todo o país. No intervalo de dois anos, mais de 70% das deliberações foram implementadas. Entre elas, as ações que

compõem o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia; a criação de unidades de conservação de proteção integral e ampliação das já existentes; a criação das Comissões Tripartites e o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama.

Nessa primeira edição também foi realizada a 1ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Educação. O encontro reuniu 400 estudantes, representando os cerca de 4,5 milhões de jovens que discutiram propostas para cuidar do meio ambiente no Brasil. As discussões foram realizadas durante o ano em 578 oficinas.

Já na 2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em dezembro de 2005, o governo consolidou esse espaço de debate. Cerca de 86 mil pessoas atenderam ao chamado do MMA e participaram das conferências municipais, regionais e estaduais. Foram quatro dias de discussões onde 1.300 delegados aprovaram cerca de 800 deliberações. Entre suas resoluções constam a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com ênfase à regularização fundiária das unidades já existentes; o fortalecimento de ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco; o Desenvolvimento Sustentável da BR-163 e para outras regiões como a BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM); a implementação, em caráter de urgência, de Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento similares ao da Amazônia para todos os biomas brasileiros, especialmente a Caatinga e o Cerrado.

O Ministério do Meio Ambiente decidiu manter um grupo de trabalho interno para implementação e divulgação das deliberações da conferência. Um sistema para a sociedade acompanhar, via internet, a execução das deliberações já está sendo finalizado. Dois cadernos com os resultados da 2ª Conferência foram editados pelo ministério.

Com a 2ª Conferência

Nacional do Meio Ambiente, realizada em dezembro de 2005, o governo consolidou o espaço de debate. Cerca de 86 mil pessoas atenderam ao chamado do MMA.

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar

CEP: 70068-900 - Brasília-DF

Fone: (61) 4009 1227 Fax: (61) 4009 1997

www.mma.gov.br



www.mma.gov.br

Ministério do
Meio Ambiente

